

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA E RELAÇÕES INTERNACIONAIS
CURSO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS**

BRUNO LUIZ OZELAME

**NOVA REPÚBLICA: UMA ANÁLISE DA RELAÇÃO ENTRE DEMOCRACIA
E CRESCIMENTO ECONÔMICO NO BRASIL**

**PORTO ALEGRE
2021**

BRUNO LUIZ OZELAME

**NOVA REPÚBLICA: UMA ANÁLISE DA RELAÇÃO ENTRE DEMOCRACIA
E CRESCIMENTO ECONÔMICO NO BRASIL**

Trabalho de conclusão submetido ao Curso de Graduação em Economia da Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS, como requisito parcial para obtenção do título Bacharel em Ciências Econômicas.

Orientador: Prof. Dr. Leonardo Xavier da Silva.

**PORTO ALEGRE
2021**

CIP - Catalogação na Publicação

OZELAME, BRUNO LUIZ
NOVA REPÚBLICA: UMA ANÁLISE DA RELAÇÃO ENTRE
DEMOCRACIA E CRESCIMENTO ECONÔMICO NO BRASIL / BRUNO
LUIZ OZELAME. -- 2021.
61 f.
Orientador: LEONARDO XAVIER DA SILVA.

Trabalho de conclusão de curso (Graduação) --
Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade
de Ciências Econômicas, Curso de Ciências Econômicas,
Porto Alegre, BR-RS, 2021.

1. Nova República. 2. Crescimento Econômico. 3.
Regime Militar Brasileiro. 4. Economia Institucional.
5. Nova Economia Institucional. I. DA SILVA, LEONARDO
XAVIER, orient. II. Título.

BRUNO LUIZ OZELAME

**NOVA REPÚBLICA: UMA ANÁLISE DA RELAÇÃO ENTRE DEMOCRACIA
E CRESCIMENTO ECONÔMICO NO BRASIL**

Trabalho de conclusão submetido ao Curso de Graduação em Economia da Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS, como requisito parcial para obtenção do título Bacharel em Ciências Econômicas.

Aprovado em: Porto Alegre, ____ de _____ de 2021.

BANCA EXAMINADORA:

Prof. Dr. Leonardo Xavier da Silva – Orientador
UFRGS

Prof. Dr. Hélio Afonso de Aguiar Filho
UFRGS

Prof. Dr. Eduardo Ernesto Filippi
UFRGS

AGRADECIMENTOS

Antes de tudo, à minha família: Gilmar, Dila e Géssica. Não tenho palavras para agradecer a educação que recebi de vocês, pai e mãe, e a parceria com a qual pude contar desde que “me conheço por gente” de você, Géssica. Sem dúvidas, o amor e o apoio incondicional que recebi e recebo são fatores determinantes da minha trajetória e da minha construção como ser humano.

À UFRGS, por ser símbolo de uma mudança imensurável e indescritível na minha trajetória. Aqui, como bom observador, tive acesso ao mundo das ideias, aprendi a lidar com um elevado grau de exigência – e gostar disso –, descobri a Ciência Econômica, conheci pessoas admiráveis dentre professores e colegas que me acolheram nessa cidade que eu pouco conhecia e hoje faço morada.

Ao Estado e à sociedade brasileira por financiar integralmente, desde meus 6 anos de idade, a minha educação. Sou prova real de como condições igualitárias de acesso ao ensino de qualidade geram benefícios imensuráveis.

Em termos profissionais, à TAG – Experiências Literárias pela minha primeira experiência de estágio e por sorte ser em um ambiente acolhedor e de confiança, onde desenvolvi meus primeiros níveis de responsabilidade. À Ável Investimentos e ao time Private, por desde 2019 permitirem que eu contribua com meus conhecimentos e melhore diariamente como profissional. Sou grato pelo que me proporcionaram alcançar.

Por fim, mas não menos importante, à minha filha canina Luna, que desde 2018 me acompanha nos bons e maus momentos dessa trajetória e me lembra diariamente ao chegar em casa sobre mensurar adequadamente as preocupações que nós mesmos criamos e os problemas da rotina; e à Luísa Nakashima, minha parceira, por acima de tudo ver sempre a minha melhor versão.

“Long-run economic change is the cumulative consequence of innumerable short-run decisions by political and economic entrepreneurs that both directly and indirectly (via external effects) shape performance.”

Douglass North, 1990, p. 104.

RESUMO

Este trabalho discute a trajetória histórico-econômica brasileira no período anterior e posterior à Nova República, esta compreendida entre 1985 e 1989. Com foco nos fatores que levaram o país à redemocratização, procura-se entender se a vigência de um regime civil democrático beneficia ou deveria beneficiar o crescimento econômico. O objetivo principal, através da abordagem teórica da Nova Economia Institucional – NEI, é investigar a trajetória final do Regime Militar vigente até 1985, destacar os fatores políticos e econômicos que levaram o Brasil novamente à democracia, além de apresentar a literatura que procura relacionar – ou não – democracia e crescimento econômico, como uma possível resposta para o baixo crescimento econômico observado no Brasil desde 1985 até os dias atuais. O trabalho é composto por 5 capítulos. No primeiro capítulo é apresentada uma introdução sobre o tema. No capítulo 2 são apresentadas as fundamentações teóricas. No capítulo 3 é analisada a trajetória da economia brasileira pré democratização. No capítulo 4 é analisada a trajetória da economia brasileira pós democratização, onde são apresentadas também interpretações quanto à trajetória de desenvolvimento institucional no Brasil, além da literatura teórica e empírica sobre a relação entre democracia e crescimento econômico. No capítulo 5 são apresentadas as considerações finais. A conclusão é de que ocorreu um notável avanço institucional no Brasil com a redemocratização, porém, muito aquém do necessário para sustentar o crescimento econômico de longo prazo. Ainda, amparado na bibliografia utilizada, se conclui que a democracia contribui para o crescimento econômico, mas não necessariamente o causa.

Palavras-chave: Nova República. Redemocratização. Democracia. Crescimento Econômico. Regime Militar Brasileiro. Economia Institucional. Nova Economia Institucional.

Classificação JEL: O43 – Instituições e Crescimento

ABSTRACT

This research discusses the Brazilian trajectory historical-economic in the period before and after the New Republic, this comprised between 1985 and 1989. With focus on the factors which led the country to redemocratization, it intends to understand whether the existence of a democratic civil regime benefits or should benefit economic growth. The main objective, through the theoretical approach of the New Institutional Economics – NIE, is to investigate the final trajectory of the Military Regime in force until 1985, highlight the political and economic factors that led Brazil to democracy again, in addition to presenting the literature that intends to relate - or not - democracy and economic growth, as a possible answer to the low economic growth observed in Brazil from 1985 to the present days. The research is composed by 5 chapters. In the first chapter an introduction about the theme is presented. In the chapter 2, the theoretical foundations are presented. In the chapter 3 is analysed the trajectory of the Brazilian economics before the redemocratization. In the chapter 4 is analysed the trajectory of post-democratization Brazilian economics, in which are also presented interpretations about the institutional development in Brazil, and the theoretical and empirical literature about the relation between democracy and economic growth. In the chapter 5 are presented the final considerations. The conclusion is that there has been a remarkable institutional advance in Brazil with the redemocratization, however, well below what is necessary to sustain long-term economic growth. Still, supported by the bibliography used, it is concluded that democracy contributes to economic growth, but not necessarily is the cause of it.

Keywords: New Republic. Redemocratization. Democracy. Economic Growth. Brazilian Military Regime. Institutional Economics. New Institutional Economics.

JEL Codes: O43 – Institutions and Growth

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Síntese de Indicadores Macroeconômicos.....	42
Figura 2 – Taxa de crescimento do estoque de capital 1947-2017).....	49
Figura 3 – Sistema Político <i>versus</i> Renda <i>per capita</i>	50
Figura 4 – PIB <i>per capita</i> conforme diferentes regimes civis.....	52
Figura 5 – Coeficiente de Gini e o PIB <i>per capita</i>	53

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Evolução da renda per capita entre países.....	23
Gráfico 2 – Variação percentual do PIB (1950-1985).....	25
Gráfico 3 – FBKF como percentagem do PIB - valores nominais (1960-2000)	30
Gráfico 4 – Juros em relação à dívida líquida (% a.a.) (1960-1985).....	32
Gráfico 5 – Exportações - Índice (média 2006 = 100), (1977-1984).....	35
Gráfico 6 – Preços - IGP-OG - (% a.m.), (1969-1989).....	38
Gráfico 7 – IGP [Dez./Dez. (%)], (1980-1990).....	44
Gráfico 8 – Variação do PIB (%) - (1980-2010).....	48

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	11
2 REFERENCIAL TEÓRICO	13
2.1 NORTH e NEI: descrição e visão crítica	13
2.2 Democracia e desempenho econômico à luz da NEI	19
3 CONTEXTO DA ECONOMIA BRASILEIRA NOS ANOS 1980	25
3.1 Comportamento da Economia brasileira Pré-democratização	27
3.1.1 Questões Internas: variáveis econômicas e variáveis democráticas.....	29
3.1.2 Questões Externas: variáveis econômicas e variáveis democráticas	31
3.2 Condições necessárias para a transição de regime	33
4 NOVO CONTRATO SOCIAL E A NOVA REPÚBLICA	40
4.1 Comportamento da Economia brasileira Pós-democratização	41
4.2 Interpretações a respeito da Democracia e do Crescimento Econômico brasileiro Pós-democratização: as instituições importam?	45
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	55
REFERÊNCIAS	58

1 INTRODUÇÃO

Diante do contexto social, econômico e político que o Brasil se encontra e que vivenciou nos últimos anos, qual seja, de um acirramento na polarização ideológica tanto por parte dos *policymakers* quanto - e talvez por consequência - por parte da sociedade, surgem, por vezes, debates relacionados a tempos passados da história brasileira¹, como o período do Regime Militar, vigente, segundo Schwarcz e Starling (2015), durante a segunda metade do século XX no Brasil, entre 1 de abril de 1964 e 15 de março de 1985, marcando por quase ¼ de século a história social, política e econômica brasileira.

Marcado por um período de forte crescimento econômico, sendo esse direcionado e planejado via políticas econômicas de investimento direto e indireto por parte do Estado brasileiro², vê-se, em paralelo, desde o surgimento da Nova República até então, um crescimento econômico irregular e de taxas médias baixas.

A ideia central a ser desenvolvida no trabalho é, com base no referencial teórico institucionalista, mais especificamente a Nova Economia Institucional, aprofundar o entendimento do processo de redemocratização, do novo contrato social, de quais foram as condições deixadas para que o país pudesse sonhar com crescimento nas décadas vindouras e, se houve tais condições, o por quê ou os por quês de o país não crescer conforme as expectativas. Em síntese, entender como o país foi apresentado à democracia, as particularidades que tal sistema impôs e impõe e se o baixo desempenho em termos de crescimento econômico pode guardar alguma relação com o regime democrático.

Os trabalhos recentes como *Democracy and Growth in Brazil* (LISBOA; LATIF, 2013), *Inequality, Democracy and Growth in Brazil* (MENDES, 2014), O Contrato Social da Redemocratização (PESSÔA, 2011), ao trazerem sobre o Brasil uma lente institucionalista, reforçaram o entendimento de que em um momento passado, de regime autoritário, o país apresentou anos de elevado crescimento que não se repetiram após a redemocratização. Entende-se, então, como muito importante aprofundar as análises da ascensão da democracia, da disposição

¹ Exemplo de discussão abordada no site do Sindicato dos Bancários de São Paulo. Disponível em: <https://spbancarios.com.br/10/2018/na-ditadura-militar-o-brasil-era-melhor>. Acesso em: 20 fev. 2021.

² Como por exemplo o PAEG, o I PND e o II PND.

institucional pós-redemocratização e como diversos agentes impactam ou podem impactar o crescimento econômico brasileiro.

Entre 1985 e 2010, a taxa de crescimento médio do PIB per capita do Brasil foi de 1,3% a.a., o que, para um país emergente, é muito pouco, principalmente se compararmos com a China, com uma taxa de 8,5% a.a. e a Índia, com 4,4%.³ Em um mundo cada vez mais tecnológico e digital, espera-se que a liberdade civil representada pelo regime democrático traga propensão ao crescimento econômico de forma mais robusta, o que não se observou no Brasil na janela de tempo pós-redemocratização. Procurando mapear os principais fatores responsáveis por essa estatística, a importância do estudo consiste em tornar claros os pontos fracos da democracia brasileira.

O trabalho é composto por 5 capítulos, sendo o primeiro esta introdução. No segundo capítulo é apresentado o embasamento teórico que norteia o trabalho. O terceiro capítulo é composto pela contextualização da situação da economia brasileira nos anos 1980, a chamada década perdida. No quarto capítulo se aprofunda a análise das mudanças institucionais vivenciadas na década de 1980, com enfoque para a Nova República e é objeto de análise a literatura empírica sobre crescimento econômico e regime civil. No quinto capítulo são apresentadas as considerações finais.

³ “Por que o Brasil cresce pouco?”, de Marcos Mendes. Capítulo 1: Baixo crescimento econômico e suas causas imediatas, p. 24.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

A complexidade com a qual se desenvolveu a história política e econômica brasileira no século XX basta para quem tem interesse em se aventurar em uma análise científica árdua e interessante. Todavia, neste trabalho ater-se-á à conjuntura política de meados dos anos 1970 e por completa a década de 80, comumente conhecida como “década perdida”, à conjunção de acontecimentos que fez surgir a redemocratização em 1985 e uma nova Carta Magna em 1988. Ainda, como se deu a sua construção, potenciais fatores refletidos em seu texto e no sistema político-democrático originado desde então que afetam direta e indiretamente o crescimento econômico, além de sinais na trajetória de crescimento econômico do Brasil e de outros países, como a China, que realçam como a democracia - ou a ausência desta - e o crescimento econômico se relacionam.

2.1 NORTH e NEI: descrição e visão crítica

Acredita-se que a Nova Economia Institucional tenha surgido como uma forma de compensar o esvaziamento das questões históricas e sociais à medida que se construiu a teoria econômica neoclássica, assim como compensar a ausência de teoria e empirismo ainda anteriores na Escola Histórica Alemã e no Antigo Institucionalismo Histórico. A NEI, então, pode ser entendida como um meio, dentro da ciência econômica, de se fazer científica a relação entre conhecimento histórico e teórico (AGUILAR FILHO, 2009).

Os famosos pressupostos de escolha racional e utilidade esperada, oriundos da escola neoclássica, são considerados ainda como os melhores instrumentos para modelagem de política e outras ciências sociais. Ainda assim, acredita-se que o apego a tais pressupostos comportamentais tenha impedido os economistas de se debruçarem sobre algumas questões consideradas fundamentais. Uma modificação em tais premissas é vista como essencial para que se alcance o progresso nas ciências sociais (NORTH, 1990, p. 17).

Para North (1990, p. 18), somente pode-se avançar sobre um entendimento da estrutura das instituições e procurar explicar a direção da mudança institucional ao se ter como pressuposto que os indivíduos fazem escolhas sob um ambiente de

incerteza, no qual a informação é assimétrica e a escolha é feita sob modelos derivados de forma subjetiva pelo indivíduo. Tais modelos são divergentes – não convergentes – pois dependem diretamente das informações – incompletas – recebidas pelos indivíduos.

Na visão de North, a ciência econômica avançou fortemente na construção de modelos de entendimento das trocas em mercados tão extensos como os atuais. Ainda assim, em larga escala os modelos construídos e utilizados para o estudo dos mercados de trocas não levaram em conta o custo envolvido para que tais trocas fossem efetivadas. Então, em síntese, a teoria de North é uma teoria do comportamento humano e da cooperação social combinada com uma teoria para os custos de transação. A análise de um processo de troca em que haja o reconhecimento de custos de transação sugere implicações significativas e muito diferentes para o desempenho econômico. Para justificar a validade do Estudo, North observa que os custos de transação representaram quase metade da renda nacional dos Estados Unidos (NORTH, 1990, p. 27).

Das principais contribuições de North, tem-se a preocupação com a matriz institucional e o conceito de *path dependence*. A matriz institucional sintetiza o objetivo de uma economia capitalista voltada para o crescimento, no sentido de se produzir incentivos para as relações de produção e de troca. Uma matriz institucional tem como característica retornos crescentes, como consequência dos incentivos gerados e das externalidades de rede oriundas das relações entre as organizações. O conceito de *path dependence*, por sua vez, sinaliza que independente de qual matriz institucional se observe, a trajetória - ou seja, decisões tomadas no passado - é ponto fundamental, de forma que mesmo os incentivos corretos não geram resultados imediatos (NORTH, 1990).

A abordagem da Economia Institucional significa ter por pressuposto de que *history matters*, ou seja, a continuidade e a estabilidade das instituições importam. North, então, tem como base o estudo da evolução das estruturas das instituições e como elas podem induzir tanto ao declínio quanto ao crescimento econômico de uma nação. Partindo desse ponto, é importante a definição de o que são instituições, sendo essa definição uma das maiores marcas do institucionalismo e

do trabalho de Douglass North: instituições são as regras do jogo.⁴ São restrições criadas por humanos - sejam elas formais, no caso de leis e regulamentos, sejam elas informais, no caso de consensos e valores - para guiar suas interações (NORTH, 1990).

As instituições existem para que se reduza a incerteza envolvida nas mais variadas interações humanas. Tais incertezas podem surgir tanto da complexidade dos problemas quanto da falta e/ou da seleção de informações recebida por indivíduo. As capacidades do indivíduo para tomada de decisão são afetadas pela dificuldade da mente em – como, por exemplo, um computador é capaz – processar, organizar e utilizar a informação incompleta recebida. Dessa dificuldade e incerteza, regras e procedimentos evoluem para simplificar o processo de tomada de decisão. O quadro institucional que se segue limita então o conjunto de escolha dos atores (NORTH, 1990, p. 25).

Um acontecimento de rompimento institucional como o fim da ditadura e a redemocratização brasileira de 1985 tanto modifica quanto gera instituições formais, como a Constituição Federal de 1988, e instituições informais, como comportamentos, consensos e valores que norteiam as interações desde então. A partir da definição destas instituições, investigar-se-á como suas interações têm transcorrido e sob quais condições, para se aprimorar a compreensão da trajetória de crescimento do país desde então. Se, para North, a continuidade das instituições é fator preponderante, acontecimentos como o rompimento ou mudança radical de regime democrático no Brasil geram instabilidades inimigas do bom desempenho econômico de um país.

Em trabalho de 1981, denominado *Structure and Change in Economic History*, North delimita a fronteira da histórica econômica como estudo da estrutura e do desempenho das economias no tempo. Para isso, definiu “estruturas” como sendo, principalmente, suas instituições políticas e econômicas, e “desempenho” como aumento da produção e a distribuição na sociedade. Tal trabalho foi ponto marcante na carreira de North pois foi então que reconheceu que, para fins de análise estrutural ou de distribuição, a teoria econômica neoclássica era insuficiente. No seu trabalho seminal, datado de 1990 e denominado *Institutions, Institutional Change and Economic Performance*, North se debruça sobre a diferenciação entre

⁴ Institutions, Institutional Change and Economic Performance, de Douglass North. 1990, Parte 1, p. 3.

instituições e organizações, de forma que a interação entre tais partes passa a ser fator determinante na direção de mudanças institucionais (AGUILAR FILHO, 2009).

Instituições foram objeto de definição anterior, como sendo as regras do jogo. De forma simultânea, organizações também fornecem uma estrutura para a interação humana. Segundo North, inclusive quando se avalia o quadro institucional como um todo, observa-se que os custos que surgem oriundos desse quadro institucional – formado pelas instituições – surgem também por conta das organizações que nascem como consequência dessa estrutura. Uma forma didática que North encontrou para conceituar a diferença entre instituições e organizações é que, através do quadro institucional, pode-se definir a forma como o jogo é jogado. Neste jogo, o objetivo de uma “equipe” é vencer, seja por meio de estratégias, habilidades, formas justas – ou nem tanto – para se sair vencedora. Para North, a modelagem da estratégia para vencer o jogo (organizações) é diferente da modelagem de criação e das potenciais consequências das regras (NORTH, 1990, p. 4).

Fiani (2002), em uma avaliação da economia política presente na obra de Douglass North, observou que North se tornou convicto de um vínculo positivo entre crescimento econômico e liberdades e que este foi o fio condutor das suas obras com o passar do tempo. Ao definir e analisar o “Problema da Cooperação”, North quer encontrar uma resposta que não a conhecida desde Adam Smith, através da qual os seres humanos interagem e produzem conforme seu autointeresse. Indo mais a fundo, North procura investigar os motivos que induzem à cooperação social.

A crítica presente no institucionalismo de North é a de que os custos para se chegar ao grau de cooperação social pressuposto por Smith são custos de transação não negligenciáveis. Em termos de uma análise da relação entre democracia e crescimento econômico, complementa-se:

Para se atingir essa ordem, a única exigência é a aceitação, por parte dos envolvidos, das regras da propriedade dos bens negociados. Supõe-se, nesse caso, que os indivíduos já internalizaram o sistema de valores e os comportamentos apropriados para fazerem operar as regras fundamentais. Entende-se, também, que a aceitação e o cumprimento dessas regras não implicam custos (AGUILAR FILHO, 2009, p. 86).

No caso de um rompimento institucional como o vivenciado em 1985, a suposição de que os indivíduos, ao tomarem as primeiras decisões que

sustentariam os anos democráticos vindouros, já haviam internalizado um sistema de valores e comportamentos apropriados que incentivassem ou induzissem a cooperação social parece não ser apropriada e será esta parte da investigação do trabalho.

A forma que North encontrou para tornar sua teoria um esquema ou um modelo de análise da conduta humana nas economias leva à necessidade de se conhecer sua abordagem referente a Custos de Transação e Custos de Transformação. A soma de ambos tipos de custos é o que conhecemos como Custos de Produção, inerentes à criação e comercialização de bens e serviços. Tomando como pressuposto a racionalidade humana limitada e a baixa capacidade de armazenar e processar informações, conclui-se que os Custos de Transação, necessários para efetivar qualquer negociação, troca ou comercialização, são não-negligenciáveis ou, em outras palavras, positivos. Os Custos de Transformação, por sua vez, são mais ligados à trajetória traçada pela economia em questão, pois seu menor ou maior grau depende diretamente da tecnologia empregada e a disponibilidade desta é diretamente vinculada à cultura e aos valores que levaram tal economia a acessar ou não tecnologias mais avançadas.

North (1990) desmembra os Custos de Transação em um somatório de outros dois tipos de custos: custos de mensuração e custos de *enforcement*. Em relação ao primeiro, a mensuração é vinculada à ideia de acesso à informação e seleção do que será transacionado, assim como de que forma e sob quais condições. A ideia de *enforcement*, por sua vez, é a garantia de que o acordado entre as partes seja respeitado e efetivado. Aqui fica destacado como a teoria de North é uma tentativa de organizar o conhecimento histórico e o conhecimento teórico dentro das ciências econômicas, pois, para muitas questões, como o *enforcement*, a solução não passa ou não precisa passar apenas, por exemplo, pela elaboração de contratos eficientes e inteligentes, mas também pelas instituições informais de uma sociedade, quais sejam, seus valores e tradições de honestidade e trabalho duro (AGUILAR FILHO, 2009).

Para North (1991), as instituições e o *enforcement* são os determinantes dos Custos de Transação e, por conseguinte, os Custos de Transação são um determinante crítico do desempenho econômico. O *enforcement* passa pela eficácia de se fazer cumprirem os contratos estabelecidos pelos agentes e nisso invariavelmente há um dispêndio de recursos significativo. Nesse quesito, para

North, as instituições tendem a reduzir os custos de transação e produção por troca para que os benefícios potenciais das transações sejam realizáveis. E, segundo North, a história econômica é esmagadoramente uma história de economias que não souberam ou não conseguiram produzir um conjunto de regras econômicas para o jogo e/ou tais regras não foram cumpridas.

Enquanto o mercado de trocas se trata apenas de uma aldeia, os custos de transação são administráveis e possíveis de serem monitorados. Quando se abre um mercado de trocas, os custos de transação aumentam drasticamente pois a rede social é substituída e conseqüentemente aumentam os custos de *enforcement*: mais recursos devem vir a ser dedicados à medição e fiscalização. Ainda, alerta-se também que na ausência de um estado que faça cumprir os contratos, normalmente preceitos religiosos – pode-se entender de cunho informal ou centralizador – passam a ser impostos como padrão de conduta (NORTH, 1991).

O entendimento da necessidade de *enforcement* surgiu de forma quase intuitiva, como, por exemplo, no caso de navios que levavam mercadorias “além-mar” e necessitavam proteção de forças armadas ou grupos organizados (remunerados para isso) para que o comércio pudesse ser efetivado. Desde tais situações negociação e *enforcement* instituíram o desenvolvimento de padrão nas negociações e conseqüentemente nos contratos, padronizando medidas, volumes e unidades de conta no geral.

Uma mistura de estruturas voluntárias e semicoercitivas, ou pelo menos estruturas que efetivamente poderiam causar ostracismo de comerciantes que não cumpriam os acordos, permitiu que o comércio de longa distância ocorresse (NORTH, 1991, p. 100, tradução livre).

A presença dos Custos de Transação e dos Custos de Transformação se faz distinta a depender da economia estudada. Em economias de menor complexidade e avanço, os custos de transformação, ou seja, os custos de se empregar capital fixo são altos, enquanto os custos de transação, dada a maior impessoalidade presente, são menores. Em economias complexas, a rede de trocas se torna completamente impessoal, onde começam a contar de forma mais significativa os custos de transação e o interesse maior na elaboração de bons contratos, enquanto o custo de transformação, por serem economias muito mais concorrenciais, são mais baixos (FIANI, 2002).

Inovações no decorrer dos séculos revolucionaram a forma de se fazer comércio. Três das principais em termos de custos são listadas: 1) inovações que aumentaram a mobilidade de capital entre agentes; 2) inovações que reduziram os custos de informação; e 3) inovações que diluíram o risco nas transações. Todas elas advieram de uma matriz institucional que incentiva a troca e reconhece a propriedade privada, de forma que impactaram significativamente os custos de *enforcement*, principalmente no caso de transações de longa distância (NORTH, 1991).

2.2 Democracia e desempenho econômico à luz da NEI

Alguns trabalhos que usaram de instrumentos econométricos para análise da relação entre democracia e crescimento econômico encontraram resultados, como o caso de Acemoglu e Robinson (2015), evidenciando uma causalidade entre democracia e crescimento econômico. Por sua vez, também fazendo uso de instrumentos econométricos Gerring *et al.* (2005) haviam encontrado evidências contrárias a essa causalidade, de forma que se entende haver um tímido avanço no que tange alguma certeza empírica sobre a conexão entre regime político e crescimento econômico (FITTIPALDI, 2017).

Na obra *Por que as Nações Fracassam*, Acemoglu e Robinson (2015) criam dois conceitos sobre instituições para tratar de países menos ou mais desenvolvidos. O primeiro conceito é “instituições econômicas inclusivas”, pelo qual os autores entendem que:

(...) São aquelas que possibilitam e estimulam a participação da grande massa da população em atividades econômicas que façam o melhor uso possível de seus talentos e habilidades e permitam aos indivíduos fazer as escolhas que bem entenderem (ACEMOGLU; ROBINSON, 2015).

Em resumo, trata-se de um sistema econômico que incentiva a sociedade a se desenvolver, melhorar, ser mais produtiva e conseqüentemente mais desenvolvida.

Os autores também definem condições para que possa se caracterizar tais instituições como inclusivas: segurança ou garantia da propriedade privada (ninguém se dispõe a investir se não tiver assegurada para si a propriedade e

consequentemente os resultados); sistema jurídico imparcial e serviços públicos que proporcionem condições igualitárias para a realização de trocas e estabelecimento de contratos. Ainda, devem garantir a liberdade para o surgimento de novas empresas ou para que cada um na sociedade escolha a sua profissão, incentivando, por conseguinte, o aumento da produtividade e prosperidade da economia.

A ideia por trás do termo “inclusivas” é a de que tais instituições econômicas sejam acessíveis e disponíveis para toda a sociedade. Por fim, os autores definem que instituições econômicas inclusivas precisam do Estado e dele fazem uso, dado que parte do Estado a aplicabilidade da lei, a capacidade coerciva de impor a ordem, evitar fraudes e roubos e garantir a validade de contratos.

O outro conceito trata do oposto, sobre “instituições econômicas extrativistas”, sendo tais justamente o contrário da definição anterior: não geram ou não garantem incentivos à liberdade, à iniciativa, ao empreendedorismo, à inovação e ao aumento de produtividade. Não fazem uso da educação como um motor de crescimento, mas como um motor de propaganda e propagação de uma forma de pensar e agir. Ainda, não garantem o direito da propriedade privada e a existência de mercados legais, de forma que as competências dos indivíduos são inúteis se os mesmos não podem se beneficiar disso. À frente, utilizar-se-á de tais definições para a análise do caso brasileiro.

Em síntese, a obra “Por que as Nações Fracassam” trata da apresentação de uma teoria a fim de compreender a prosperidade e a pobreza das nações. Primeiro, por meio da definição dos conceitos de instituições econômicas e políticas extrativistas ou inclusivas, fornecendo a base para tal compreensão. Trata-se de uma interpretação institucional da história; segundo, através da interpretação, com base nas definições acima, de por que instituições inclusivas surgiram em determinadas regiões e não em outras (ACEMOGLU; ROBINSON, 2015).

Ao comparar como crescem e quais podem ser as perspectivas dos adolescentes sul-coreanos e norte-coreanos, Acemoglu e Robinson (2015) destaca que as diferenças entre os países em termos de êxito ou fracasso econômico se dão em virtude das diferentes regras que regem o funcionamento dessas economias e dos incentivos que estão direcionados para a população.⁵ O exemplo de duas nações que seguiram caminhos extremamente diferentes em termos de regras do

⁵ Por que as Nações Fracassam, Acemoglu e Robinson, 2015. Capítulo 3, parte “Instituições Econômicas Extrativistas e Inclusivas.

jogo e incentivos deixa claro o que se segue nos demais países. Em síntese, na parte Sul da Coreia o mercado existe, é possível abrir negócios, prestar serviços, vender produtos. No Norte, o único mercado é o mercado negro. Não há quaisquer incentivos para que se aumente produtividade ou se crie alguma inovação (ACEMOGLU; ROBINSON, 2015).

Após exame das nações que possuem instituições econômicas e políticas extrativistas, é destacado pelos autores que o fato de estas existirem não necessariamente torna ausente o crescimento econômico. Pelo contrário, a elite dominante e responsável pela criação e manutenção de tais instituições extrativistas, justamente para que possa se perpetuar no poder sem conflitos e ter de onde extrair, procura estimular ao máximo o crescimento econômico. Aqui se destaca que “As instituições extrativistas que alcançam um grau mínimo de centralização política em geral conseguem gerar algum crescimento” (ACEMOGLU; ROBINSON, 2015, p. 245).

Gerar crescimento isoladamente ou por determinado período de tempo não é o desafio, mas sim manter o crescimento de forma consistente. Existem duas condições fundamentais para que o crescimento econômico não ocorra de forma consistente em nações sob instituições extrativistas: ausência de inovação e por consequência do processo de destruição criativa; assim como luta constante pelo poder fazendo com que as forças políticas extrativistas direcionem a sociedade para instabilidades políticas. Como resultado dessa combinação entre instituições econômicas e políticas extrativistas, percebe-se nessas nações um círculo vicioso no qual tais instituições retroalimentam-se (ACEMOGLU; ROBINSON, 2015).

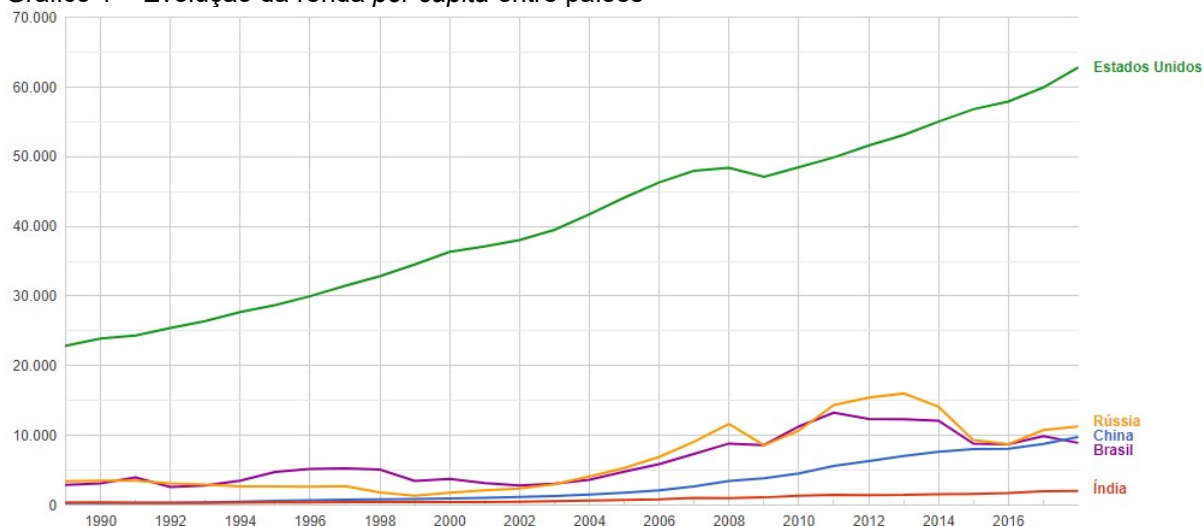
Com efeito, algumas nações vivem hoje sob instituições inclusivas porque, embora as instituições extrativistas tenham sido a norma ao longo da história, certas sociedades conseguiram romper o padrão e efetuar a transição rumo a instituições inclusivas. Nossa explicação para essas transições é de caráter histórico, mas não historicamente predeterminada. Mudanças institucionais significativas, que são pré-requisitos para mudanças econômicas significativas, são resultados da interação entre as instituições existentes e circunstâncias críticas, isto é, eventos de magnitude considerável, que rompem o equilíbrio político e econômico existente em uma ou mais sociedades (ACEMOGLU; ROBINSON, 2015).

Ainda à luz da NEI, traz-se à tona cases de crescimento econômico sob regimes autoritários e instituições extrativistas. É o caso da China. No subcapítulo intitulado “O irresistível charme do crescimento autoritário”, Acemoglu e Robinson

(2015) discorrem sobre o fato de hoje, as instituições econômicas serem menos extrativistas do que já foram, mas ainda o são. E as instituições políticas seguem tão firmes quanto antes, de forma que os empreendedores que ainda se arriscam a empreender, sob a insegurança constante dos direitos de propriedade, são aqueles que normalmente possuem algum vínculo ou contato com o alto escalão do Partido Comunista, o que minimiza as possibilidades de ter seu negócio e até mesmo sua liberdade surrupiadas, além de normalmente garantir contratos com termos bastante favoráveis. Conforme suas palavras, “A ligação entre o empresariado e o partido é altamente rentável para ambos os lados” (ACEMOGLU; ROBINSON, 2015).

Existem momentos em que se fizeram presente a crença de que a China estaria se movendo para uma transição democrática e pluralista. As manifestações na Praça da Paz Celestial – evento que acabou ficando conhecido como Massacre da Praça da Paz Celestial – porém, frustraram essas expectativas. Em vez do colapso do regime comunista, o que se viu foi o envio de tanques de guerra. O poder é tamanho que hoje os veículos de comunicação fazem a autocensura, ou seja, eles mesmos não arriscam elaborar ou mencionar material que sabem que será considerado impróprio pelo regime. A influência ou censura não paira apenas sobre o lado de dentro da fronteira, mas também como abafamento de casos de corrupção. Em 2009 o regime conseguiu impedir a veiculação no *New York Times* e no *Financial Times* de notícias relacionadas a corrupção dentro do partido (ACEMOGLU; ROBINSON, 2015).

Fazendo uso de um paralelo com a trajetória da União Soviética, observa-se que o crescimento econômico chinês mesmo sob instituições extrativistas é ainda viável pelo fato de haver um enorme atraso a ser compensado. Pela ótica da renda *per capita*, conforme abaixo, mesmo com o forte crescimento econômico dos últimos anos, a diferença ainda é muito grande em relação a países desenvolvidos como os EUA ou emergentes como Rússia, Índia e Brasil.

Gráfico 1 – Evolução da renda *per capita* entre países

Fonte: dados do Banco Mundial de 8 de abril de 2020, US\$. Elaborado por meio da seção *Public Data* – Google (2021).

Enquanto o PIB *per capita* dos Estados Unidos é de US\$ 62.794,59, o PIB *per capita* chinês é de US\$ 9.770,85. O crescimento chinês é sem dúvidas mais diversificado do que era o soviético, que era totalmente direcionado para indústria pesada e de armamento, além de os empresários terem se mostrado muito mais habilidosos, porém, também tem seu destino tendendo ao esgotamento pelo extrativismo de suas instituições. Ainda assim, observa-se que o modelo de crescimento chinês sobrevive como uma alternativa popular ao que foi o “consenso de Washington”, que prega pela fundamental liberalização do mercado e do comércio como um todo. Entretanto, não há no horizonte uma saída prevista desse modelo que vise alcançar instituições políticas e econômicas inclusivas que seja uma maneira automática e indolor, haja vista o Massacre da Praça da Paz Celestial (ACEMOGLU; ROBINSON, 2015).

O caso brasileiro, de ascensão democrática ainda dentro do regime militar até a transição efetiva em 1985 é um exemplo de empoderamento. O empoderamento é um processo que, via aumento da significância e representatividade das classes fora da elite detentora do poder, possibilita uma ascensão de instituições políticas e econômicas inclusivas. No caso brasileiro, ele se deu a partir de 1978 com o início das greves trabalhistas e resultou no fim do regime militar ao reunir, além dos trabalhadores, artistas, parcela significativa da igreja e opositores do regime, além de parcela significativa da imprensa. A imprensa possui papel transformador no processo de empoderamento, pois sem a disseminação de informações acerca

de abusos políticos e econômicos por parte dos detentores de poder seria quase impossível coordenar e sustentar o empoderamento da sociedade (ACEMOGLU; ROBINSON, 2015).

Para que se consiga explorar como iniciou e até então se deu a relação entre democracia e crescimento econômico no Brasil, se faz necessário entender o contexto no qual se iniciou a democracia depois de 20 anos sob regime militar. Uma mudança de Norte para Sul, pode-se assim dizer, com suas particularidades. O período compreendido como Nova República neste trabalho é 1985-1989, como comumente utilizado na literatura, partindo do momento em que o Exército entrega o poder até o momento em que se estabelecem novamente as eleições diretas para Presidente da República, em 1989 (BARROS DE CASTRO, 2011).

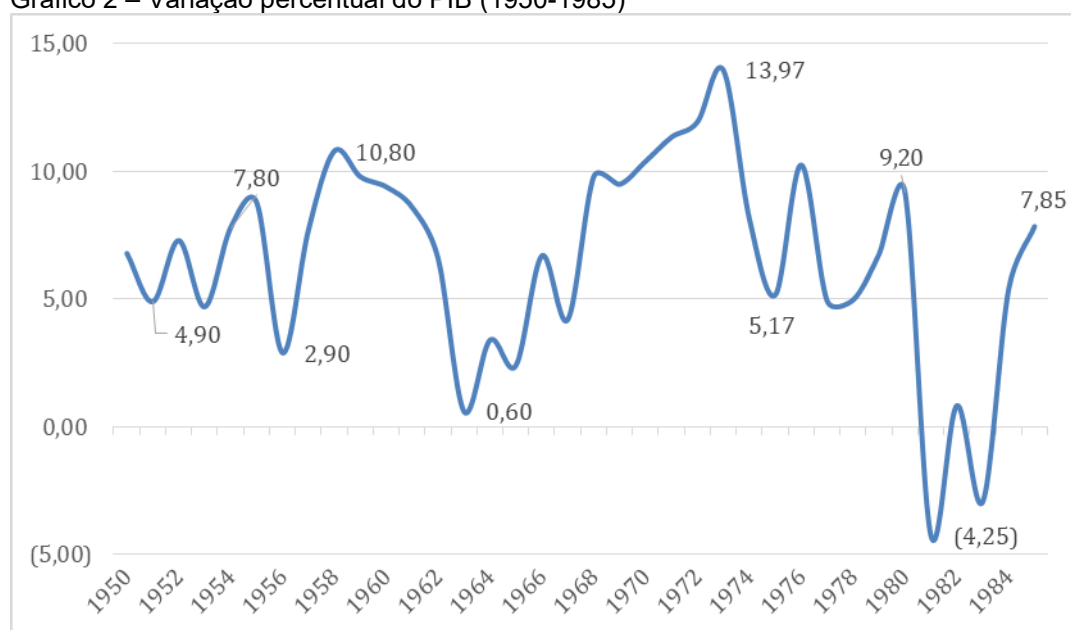
Faz-se aqui importante lembrar que a matriz institucional de uma economia não é afetada por pequenos erros ou alterações em sua estrutura, como mudanças nas regras interdependentes que regem o ambiente de negócios ou mesmo em restrições informais dentro da sociedade. Tais mudanças podem certamente mudar a história, mas não inverter a sua direção. A natureza de uma matriz institucional, quando bem modelada é de gerar retornos crescentes dadas as suas regras e seus incentivos gerados (NORTH, 1990). Pode-se aqui fazer um paralelo entre o conceito de matriz institucional e o conceito de instituições econômicas inclusivas de Acemoglu e Robinson (2015).

Uma matriz institucional modelada de forma correta é aquela na qual os agentes econômicos e políticos tem ciência de que o longo prazo será definido por inúmeras decisões a serem tomadas no curto prazo, que via efeito direto e via externalidades moldarão o desempenho econômico de uma nação. Uma matriz institucional bem modelada, segundo North, é uma matriz institucional constantemente revista, refletindo ideias e *feedback* de informações sobre as consequências reais das regras e restrições adotadas (NORTH, 1990).

3 CONTEXTO DA ECONOMIA BRASILEIRA NOS ANOS 1980

O caminho percorrido até que o Exército brasileiro veio a entregar o poder no Brasil se construiu por anos. Depois de forte crescimento na década de 1950 e o milagre econômico vigente entre meados dos anos 60 e início dos anos 70, vivencia-se um período de ressaca desde o primeiro choque internacional nos preços do petróleo, em 1973.

Gráfico 2 – Variação percentual do PIB (1950-1985)



Fonte: elaborado pelo autor a partir de dados do IBGE (2021).

De 1974 em diante, uma série de acontecimentos e mudanças políticas traçaram os pontos que vieram formar a redemocratização. O modelo de substituição de importações, fortemente baseado em endividamento externo, chegou ao auge do esgotamento no período 1974-1984⁶. Diante desse diagnóstico, planos foram traçados e atores técnico políticos emergiram no debate referente à possíveis medidas a serem tomadas.

O segundo choque dos preços internacionais do petróleo, em 1979, quando então é criada a República Islâmica do Irã, interrompeu de forma duradoura os fluxos de capitais de países industrializados para os países em desenvolvimento,

⁶ Introdução do Capítulo 4 “Auge e Declínio do Modelo de Crescimento com Endividamento: O II PND e a Crise da Dívida Externa (1987-1984)”, de Jennifer Herrmann.

sendo o Brasil diretamente impactado. O resultado desse processo foi o que ficou conhecida como “crise da dívida” latino-americana, onde, começando pelo México, uma série de países declararam moratória da dívida externa (HERRMANN, 2004).

O enfraquecimento do regime militar, a instabilidade no crescimento econômico e o processo de ascensão inflacionária fizeram emergir alguns movimentos. O ano 1979 é um ano marcante para compreender o processo de redemocratização e de mudança política como um todo. Nele ocorreu o já mencionado segundo choque dos preços do petróleo; começa a se desenhar a saída do presidente democrata Jimmy Carter e a futura eleição do republicano Ronald Reagan; fim da anistia e então a volta dos exilados, como Leonel Brizola. Uma disputa política que até então se resumia aos partidos PMDB e Arena, agora passa a contar com uma série de novos partidos políticos.

Os militares, desde já, preparavam a saída do poder. A partir de então, começou a ser alimentada a expectativa de volta à democracia, na esperança de que a redemocratização não apenas devolveria a liberdade civil e política, mas também o crescimento econômico, o fim da inflação e a redistribuição de renda. Em janeiro de 1984 teve início uma sucessão de comícios pelo país naquilo que viria se tornar conhecido como “Movimento pelas Diretas Já”, uma pressão constante pela votação e aprovação de Emenda Constitucional que viesse a restabelecer o direito de voto popular direto para Presidente da República. Por falta de quórum, a emenda não foi aprovada em uma sessão de mais de 16 horas e assim se conheceu a primeira frustração da Nova República (BARROS DE CASTRO, 2004).

O fim da ditadura não veio diretamente das ruas e da pressão popular, mas de uma solução política. Um grupo de políticos já negociava o que, em 15 de janeiro de 1985, culminou na eleição de Tancredo Neves como primeiro presidente da República civil desde 1960, através de eleições indiretas no Colégio Eleitoral. A posse de Tancredo sequer chegou a ocorrer, pois horas antes teve de ser internado e, cerca de 40 dias depois, veio a falecer por infecção generalizada após uma série de cirurgias. Tancredo era reconhecidamente um habilidoso político, tendo unido em sua aliança opiniões plurais na tentativa de representar de forma mais abrangente a sociedade brasileira.

A transição para a democracia não deixava espaço para lados, como ilustra a definição de *Bobbio*. Sem a legitimidade que levou Tancredo à presidência, José Sarney viria a assumir tendo que conquistar reconhecimento e tentou fazê-lo com a

criação do Plano Cruzado, que viria a ser a primeira de uma série de tentativas infrutíferas na intenção de controlar a inflação e recuperar o crescimento econômico. Se não bastasse a instabilidade de uma transição de regime político, a redemocratização brasileira já nasceu repleta de frustrações em termos de crescimento econômico (BARROS DE CASTRO, 2004).

3.1 Comportamento da Economia brasileira Pré-democratização

O ano de 1974 marca o início do processo de distensão do regime militar no Brasil que findaria em 1984, período no qual ocorreram as principais pressões e mudanças políticas no sentido da redemocratização. Os juros subiram no mundo todo como decorrência do primeiro choque internacional de preços do petróleo e a atividade econômica contraiu. Esse processo de distensão viria a se encerrar em 1984 com a volta das eleições indiretas para presidente e oficialmente em 1989 quando se restabeleceu no país a eleição direta para presidente da República (HERMANN, 2004).

O início do regime militar no Brasil teve seu primeiro triunfo no que ficou conhecido como “Milagre Econômico”, com seu auge no início dos anos 70⁷. Porém, tal “Milagre” logo cobrou seu preço: o crescimento da economia veio acompanhado de um processo acentuado de concentração de renda, sendo tal concentração resultado de uma política salarial restritiva, pois não viriam a ser repassados para os trabalhadores os ganhos de produtividade que as indústrias obtinham com a desvalorização cambial. No mesmo período a dívida externa deu um salto por conta da captação de recursos externos, deixando o país vulnerável a alterações no cenário internacional, ponto que veio a ser observado apenas no primeiro choque dos preços do petróleo, em 1973⁸ (SCHWARCZ; STARLING, 2015).

⁷ Segundo Schwarcz e Starling, o auge do “Milagre Econômico” foi entre 1970 e 1972. Quando o “milagre” cobrou seu preço anos após, ficou famosa a explicação do então presidente general Médici; “o país estava muito bem; o povo é que ia mal”.

⁸ Schwarcz e Starling destacam que o preço do petróleo, ao ser reduzida sua oferta pela Opep (Organização dos Países Exportadores de Petróleo), multiplicou por 4. Entretanto, não havia alternativa senão continuar comprando.

No plano econômico, o período de 1974-84 marca o auge e o esgotamento do modelo de crescimento vigente no país desde os anos de 1950, isto é, do modelo de industrialização por substituição de importações (ISI), comandada pelo Estado (através de investimentos e crédito públicos) e fortemente apoiada no endividamento externo. Ao longo desse período, pode-se identificar fases bem distintas no comportamento da economia brasileira. No governo Geisel, a implementação do II Plano Nacional de Desenvolvimento (II PND) completou o processo de ISI no Brasil. O traço distintivo da economia brasileira nessa fase — tal como ocorrera na era JK — foi o forte crescimento econômico (6,7% ao ano), acompanhado de grandes transformações na estrutura produtiva do país (HERMANN, 2011, p. 74).

No plano econômico, 1974-84 marcaram dez anos de instabilidade: ao mesmo tempo em que se viveu o auge do crescimento econômico durante a ditadura (74-79 com o II Plano Nacional de Desenvolvimento – PND e crescimento projetado acima de 10% a.a.), viveu-se também os choques dos preços internacionais do petróleo, a perda do controle da inflação e da dívida externa e, por conseguinte, perdeu-se crescimento econômico entre 80 e 84 (HERMANN, 2004). É importante destacar que o Ministério da Fazenda dispunha de controle quase total do orçamento no período do regime. O próprio ex-ministro Mailson de Nóbrega menciona que “O ministro da Fazenda tinha poderes de autorizar qualquer despesa que lhe desse na telha” (SCHWARCZ; STARLING, 2015, p 451).

No governo Figueiredo pode-se distinguir três outras fases. No biênio 1979-80, manteve-se o crescimento vigoroso (8,0% ao ano), mas o forte aumento da inflação e a deterioração das contas públicas e externas já sinalizavam o esgotamento do modelo de crescimento do II PND. Os anos 1981-83 confirmariam esse prognóstico de forma dramática: o triênio foi marcado por grave desequilíbrio no balanço de pagamentos (BP), aceleração inflacionária e forte desequilíbrio fiscal. Essas dificuldades inauguraram um longo período de estagnação da economia brasileira, que, com raras e curtas interrupções, se estendeu até meados da década de 1990, caracterizando os anos 80 como uma “década perdida”. O ano de 1984 marca o início de uma das curtas fases de recuperação econômica. (HERMANN, 2011, p. 74)

O instinto por trás de todo o plano econômico do regime militar era facilitar o investimento estrangeiro no país, reduzir o papel ativo do Estado e propulsionar o nível de crescimento econômico⁹. Porém, o que se viu, ao final de mais de 20 anos de regime militar, foi o início de uma década que ficou marcada na história

⁹ Schwarcz e Starling destacam: “A Transamazônica torrou um dinheiro que não havia, mas os brasileiros só entenderam isso na hora em que acabou o milagre e a inflação bateu na casa de três dígitos.

econômica brasileira por conta dos elevados índices de inflação¹⁰ (SCHWARCZ; STARLING, 2015).

3.1.1 Questões Internas: variáveis econômicas e variáveis democráticas

No governo de Ernesto Geisel (1974-78), o país vivenciou a implementação do II PND – Plano Nacional de Desenvolvimento. O objetivo da segunda versão do PND era completar o processo de substituição de importações, iniciado para substituição de bens de consumo em sua primeira versão e procurando substituir também bens de capital na sua segunda versão. Por consequência, o país vivenciou esse período com uma taxa média de crescimento anual de 6,7%, a reboque de transformações significativas na estrutura produtiva nacional (HERMANN, 2011).

João Batista Figueiredo chega à Presidência da República em 1979 sucedendo Ernesto Geisel. O compromisso, ao final do Governo Geisel, era encontrar um sucessor que fosse capaz de realizar a transição para um governo civil (ainda que de cunho autoritário) sem maiores problemas, dado que Geisel já havia deixado uma reforma política carimbada em seu nome no que ficou conhecido como praticamente a revogação do Ato Institucional nº 5. A transição de governo ocorre ao final do II PND e até pelo menos 1980, consegue-se manter o nível de crescimento econômico observado, com uma taxa média de 8% a.a. no biênio 1979-80. Porém, o final do governo de Figueiredo teve clima melancólico, marcado pelo recado dado aos brasileiros: “Quero que me esqueçam” (HERMANN, 2006, p. 467).

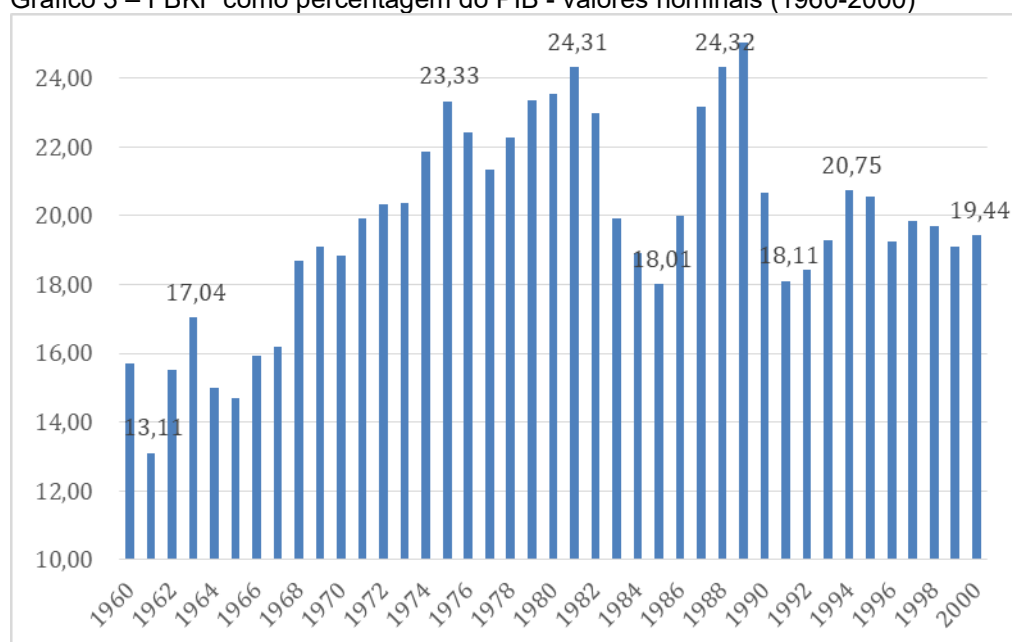
Para Gaspari (2016), houve três “explosões” que culminaram no fracasso do governo do general Figueiredo: “a da bancarrota econômica com início em 1979; a do Riocentro, de 1981; e a da rua, com a campanha das Diretas Já, iniciada dois anos depois”. Figueiredo concluiu seu governo isolado, sem apoio dos demais generais que antes o apoiaram. Seu governo termina sem ter conseguido diminuir o interesse da ala militar pelo executivo de forma que não interferisse nos resultados que vinham sendo obtidos desde 1964 (SCHWARCZ; STARLING, 2015).

Estatisticamente falando, Marcelo de Paiva Abreu¹¹ traz luz ao fato de que o Brasil, em termos de crescimento per capita, praticamente passou todo o século 20

¹⁰ Schwarcz e Starling destacam também que a inflação, em 1985, quando os militares entregaram o governo, foi de 235% no ano.

estagnado. Segundo o documento elaborado pelo IBGE, o Brasil teve um crescimento médio de 4,6% a.a entre 1960-1980, muito por conta do “Milagre Econômico”, porém, no período 1980-2000 a taxa de crescimento média anual despencou para 0,3% ao ano. A segunda metade do século 20 foi o período no qual o Brasil iniciou e consolidou sua mudança estrutural de mero produtor de commodities para exportação e de bens de consumo básico para, ao fim da ditadura, já ser produtor de bens de capital e de consumo durável (PAIVA ABREU, 2006).

Gráfico 3 – FBKF como percentagem do PIB - valores nominais (1960-2000)



Fonte: elaborado pelo autor a partir de dados do IBGE (2021).

A participação da indústria no PIB galgou posições cada vez mais relevantes durante essa metade de século até estagnar por volta de 20% do PIB próximo dos anos 2000, como de praxe aconteceu nos países desenvolvidos que passaram pelo menos processo anos anteriormente (PAIVA ABREU, 2006).

Como resultante da expansão da exploração de Petróleo brasileira desde 1953, quando foi criada a Petrobras pelo governo de Getúlio Vargas e com necessidade reforçada desde os dois choques internacionais nos preços do petróleo, também se acompanhou durante essa segunda metade de século uma redução significativa da necessidade de importação de petróleo e seus derivados.

¹¹ Professor titular do Departamento de Economia da PUC-Rio desde 1984. A sua referência advém da obra organizada pelo IBGE chamada “Estatísticas do Século XX”.

Mesmo no início dos anos 70 a necessidade de importação beirava os 80% do total consumido internamente, chegando ao final dos anos 2000 na faixa de 35%.

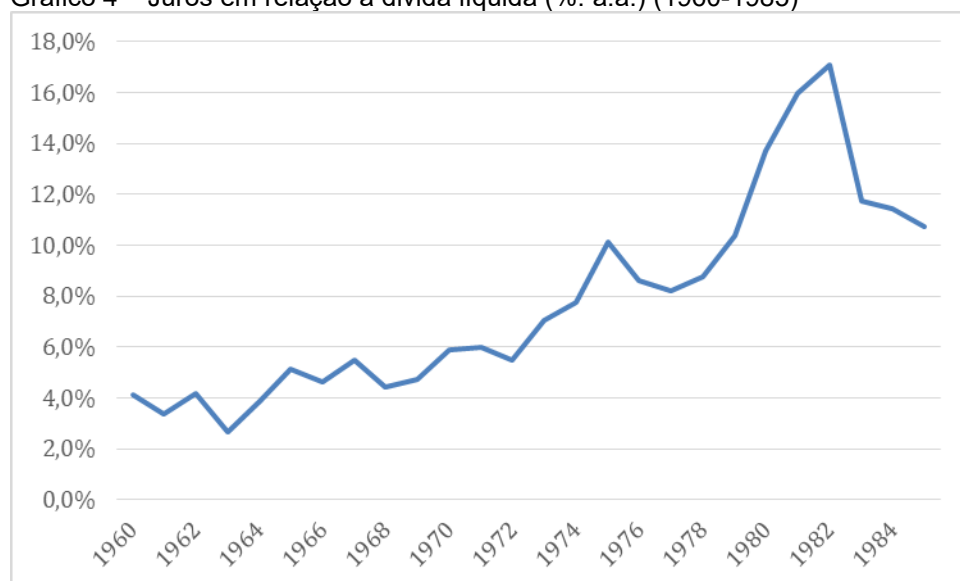
3.1.2 Questões Externas: variáveis econômicas e variáveis democráticas

As relações internacionais do Brasil do general Ernesto Geisel mudaram significativamente com a transição de presidentes nos Estados Unidos. Richard Nixon era defensor das ditaduras militares anticomunistas e o alinhamento de posições sem dúvidas favoreceu o transcorrer do regime militar brasileiro. Seu sucessor, Jimmy Carter, ao contrário, era a favor dos direitos humanos, deixando perplexos os até então aliados dos EUA. Soou como gasolina em uma fogueira o fato de Leonel Brizola, ao ser expulso do exílio no Uruguai, receber asilo concedido pelo presidente Carter (GASPARI, 2016).

Em vez de ir para o silêncio do desterro, Brizola foi para uma suíte do Hotel Roosevelt, em Nova York, e lá reinventou-se. O troyante adversário dos americanos em 1964 e aliado de Fidel Castro em anos seguintes renasceria como um social-democrata de tintas europeias (GASPARI, 2016, p. 36).

O final do II PND e o início do Governo Figueiredo se deu junto com o 2º choque dos preços do petróleo, em 1979, quando então emerge a República Islâmica do Irã paralisando a produção de petróleo. Ou seja, o governo já inicia seu mandato em uma situação muito delicada, mesmo que a economia tenha levado algum tempo para demonstrar isso em números de atividade. O crédito para os “países do terceiro mundo” se esvai e o preço dos importados (petróleo e trigo, por exemplo, além dos insumos para a indústria) dispara com a desvalorização do Cruzeiro. Ainda, a taxa de juros da dívida explodiu, conforme gráfico abaixo.

Gráfico 4 – Juros em relação à dívida líquida (%. a.a.) (1960-1985)



Fonte: elaborado pelo autor a partir de dados do IBGE (2021).

A razão dívida bruta-exportações, durante o período de 1967-1982 alcançou mais de 4,0 no início dos anos 80 como resultado da crise sistêmica em torno do petróleo. Como resultante da expansão da exploração de petróleo brasileira desde 1953, quando foi criada a Petrobras pelo governo de Getúlio Vargas e com necessidade reforçada desde os dois choques internacionais nos preços do petróleo, também se acompanhou durante essa segunda metade de século uma redução significativa da necessidade de importação de petróleo e seus derivados. Mesmo no início dos anos 70 a necessidade de importação beirava os 80% do total consumido internamente, chegando ao final dos anos 2000 na faixa de 35% (PAIVA ABREU, 2006).

Pode-se dizer que Figueiredo “deu azar” de ser o responsável pela nação no período que marcou o esgotamento do modelo de crescimento vigente desde os anos 50. Como parte da ideia de realizar uma distensão do regime militar para o civil, assim que eleito, em 1979, Figueiredo sanciona a Lei de Anistia para aqueles que estavam exilados, podendo retornarem para o país. O governo militar já gozava de pouca credibilidade desde 1975 com o assassinato de Herzog e a volta ao país de grandes figuras da oposição reforçou esse movimento (SCHWARCZ; STARLING, 2015).

Nesse mesmo período, as greves passam a ser permitidas ou pelo menos toleradas, dando início ao que veio se cunhar como as famosas Greves do ABC. O

II PND deixou resquícios ainda positivos no Governo Figueiredo, como o crescimento forte do PIB no biênio 79-80 mencionado anteriormente. Porém, em 1981, pela primeira vez em quase 40 anos o país registra taxa de crescimento negativa, começando então um período melancólico de frustração por parte da população que se estenderá por toda a década mesmo com a mudança para o regime democrático.

3.2 Condições necessárias para a transição de regime

O governo de Ernesto Geisel foi o período no qual se consolidou dentro do regime militar um consenso majoritário sobre uma transição de regime civil. O partido Arena e Ernesto Geisel observaram que a relevância da oposição, através do Movimento Democrático Brasileiro – MDB, aumentou consideravelmente nas eleições de 1978, representada por uma vitória em 20 das 23 capitais do país à época. Seria o início do fim, através do projeto de Geisel de reforma política, restabelecendo o *habeas corpus* e extinguindo uma série de poderes que desde o Ato Institucional nº 5 pertenciam ao presidente, como a possibilidade de decretar intervenção em estados e municípios, decretar estado de sítio sem necessidade de aprovação pelo Congresso Nacional, suspender direitos políticos, banir brasileiros, entre outros. Era a revogação do Ato Institucional nº 5, anunciada via Jornal do Brasil no dia 31 de dezembro de 1979 (GASPARI, 2016).

O bipartidarismo – representado pelo partido Arena, do governo, e pelo MDB, como oposição – vigente desde 1965 também caiu através da reforma política proposta por Ernesto Geisel. A proposta de Geisel foi a de possibilitar a criação de novos partidos, se adotando um dispositivo para evitar a proliferação de partidos irrelevantes estatisticamente: seriam automaticamente anulados os votos de candidatos de siglas que não obtivessem pelo menos 5% do eleitorado nacional. Dessa forma, imaginava-se que se tornaria inviável o surgimento de 10 ou 15 partidos que, através da corrupção, poderiam vender legendas (GASPARI, 2016).

A democracia como é conhecida hoje no Brasil não era necessariamente a democracia planejada pelos militares quando cientes de que a estrutura executiva como estava dada, depois de quase 20 anos de regime, não iria mais tão longe. Quando assumiu a Presidência, Figueiredo proferiu o seguinte discurso:

Reafirmo: é meu propósito inabalável (...) fazer teste país uma democracia. (...) Não descansarei até estar plenamente assegurado – sem sobressaltos – o gozo de todos os direitos do homem e do cidadão. Reafirmo o meu gesto: a mão estendida em conciliação (GASPARI, 2016, p. 135).

São marcantes também as citações abaixo, de 1978, dita pelo general Figueiredo, representando o pensamento de uma ala dos militares mais cética com a transição democrática.

Nós temos a laranja-lima, a laranja-pera, a laranja-baía, que têm sabores diferentes, mas nem por isso deixam de ser laranjas [...]. Assim também há democracias diferenciadas (SCHWARCZ; STARLING, 2015, p. 470).

Me respondam, o povo está preparado para votar? [...] O brasileiro pode votar bem se ele não conhece noções de higiene? (SCHWARCZ; STARLING, 2015, p. 470).

Schwarcz e Starling (2015) destacam que os militares tinham interesse em, na superação da ditadura, instituir uma ordem autoritária no país (ou seja, um regime ainda forte, porém menos do que a ditadura). E segundo as autoras, teriam conseguido, não fosse o fracasso econômico que apenas aumentou no início dos anos 1980 em diante. Conforme mencionado, os choques do aumento de preços do petróleo, o aumento das taxas de juros internacionais e consequentemente o aumento da dívida interna, acompanhados da tendência inflacionária e de um crescimento lento nas exportações – conforme abaixo – mesmo com um dos mais desenvolvidos complexos industriais dentre os emergentes levaram qualquer plano a não ter a mínima credibilidade.

Gráfico 5 – Exportações - Índice (média 2006 = 100), (1977-1984)



Fonte: elaborado pelo autor a partir de dados do IPEADATA (2021).

O fracasso econômico já era sabido em 1979, no início do governo de Figueiredo. Mario Henrique Simonsen, por exemplo, aceitava permanecer no governo apenas se fosse alocado para dirigir a política econômica do governo e colocar em prática um aperto na economia ao preço de uma recessão que poderia durar até dois anos pelo veto a políticas expansionistas. Simonsen tinha conhecimento dos números da economia, que não eram nada bons. O país vinha de 2 anos – 77 e 78 – de baixo crescimento em relação aos anos anteriores e uma inflação de 40,8%, somado a um movimento sindical renascido (GASPARI, 2016).

Não foi também instantânea a sensação de cansaço em relação a ditadura. Foram mais de 10 anos desde o que se considera o estopim para a oposição iniciar o embate contra o regime ditatorial, quando, no início de novembro de 1975, se tomou conhecimento da morte (anunciada como suicídio) do jornalista Vladimir Herzog dentro do Destacamento de Operações de Informação – Centro de Operações de Defesa Interna (DOI-Codi) paulista. Toda a equipe de trabalho do departamento de telejornalismo da TV Cultura sabia que Herzog iria se apresentar espontaneamente na manhã seguinte à convocação, de forma que se tornaria impossível aos militares não deixar evidências (SCHWARCZ; STARLING, 2015).

A morte de Herzog fez com que se iniciasse uma ampla mobilização contra a ditadura. Cerca de 30 mil estudantes, segundo Schwarcz e Starling (2015) paralisaram as aulas nas universidades paulistas; grandes conselhos de classe

como OAB, CNBB e Sindicato dos Jornalistas, assim como partidos políticos, mobilizaram-se num movimento que resultou num culto ecumênico em homenagem a Herzog com mais de 8 mil pessoas na Praça da Sé, um claro afronte às determinações do regime militar, representando uma recuperação do acesso ao espaço público, acompanhada da exigência da volta ao estado de direito e dos direitos de cidadania.

É importante destacar que não era apenas a classe midiática (mais afetada por conta da censura), ou partidos políticos, ou conselhos de classe que se voltaram contra o regime democrático. Data de julho de 1978 a divulgação na imprensa do “Manifesto do Grupo dos Oito”, formado por um relevante grupo de empresários favoráveis à redemocratização no país, além de trazer críticas à condução da política econômica de Ernesto Geisel. Compunham o grupo os empresários Antônio Ermírio de Moraes (Grupo Votorantim)¹², Jorge Gerdau (Grupo Gerdau), Laerte Setúbal Filho (Itaúsa) e José Mindlin (Metal Leve), entre outros.

Quase 10 anos após o lançamento do manifesto pelos “capitães da indústria”, mais especificamente em setembro de 1987, em uma participação no programa Roda Viva, Abílio Diniz, fundador do Grupo Pão de Açúcar, reconheceu, ao ser questionado sobre uma percepção de ausência do empresariado no embate público, que sim, o empresariado já havia sido mais atuante na questão social do que então, dando ênfase ao lançamento do Manifesto¹³.

A transição democrática não se deu sem mobilização trabalhista. Segundo Schwarcz e Starling (2015), o biênio 1979-1980 foi de um ciclo grevista sem precedentes, chegando a atingir mais de 4 milhões de trabalhadores em 15 dos 23 estados brasileiros, partindo principalmente da região do ABCD paulista¹⁴, considerada o coração industrial do Brasil. Destaca-se que o ciclo grevista que emergiu em 1978 pôs fim ao projeto dos militares de fazer uma “abertura controlada” do regime sem a participação política dos trabalhadores.

¹² O Grupo Votorantim até os dias de hoje orgulha-se desse posicionamento, haja vista a disponibilidade da íntegra do “Documento dos Oito” em seu site oficial. Disponível em: <https://www.votorantim100.com/noticia/a-integra-do-documento-dos-oito>.

¹³ Transcrição do programa de 21 de setembro de 1987. Disponível em: <http://www.rodaviva.fapesp.br/imprimir.php?id=263>.

¹⁴ Composto pelas cidades de Sandro André, São Bernardo do Campo, São Caetano do Sul e Diadema.

Distintos tons para um mesmo movimento fizeram que Ernesto Geisel recuasse e, ao último dia de 1978, extinguisse o famoso AI-5¹⁵. O ano de 1978 também foi o ano de início do que, em 1979, pelas mãos do general João Figueiredo, seria conhecido como a Lei de Anistia, abrindo as portas para cerca de 7 mil exilados políticos e simbolizando cada vez mais a perda crescente de poder por parte do regime¹⁶, além de nascer a raiz da democracia que seria conhecida em breve.

É importante lembrar, conforme antes mencionado, que a transição de regime militar para um estado democrático de direito não se deu sem resistência de algumas alas militares mais ligadas à burocracia da violência, conforme mencionado por Schwarcz e Starling (2015). Nos 5 anos entre 1976 e 1981, grupos intramilitares protagonizaram atentados ou tentativas de atentados a bomba em diversos conselhos de classe como a OAB e a CNBB, em livrarias, edições de jornais, universidades e até mesmo na casa de figuras relevantes como Roberto Marinho, fundador da Rede Globo. O estopim desse movimento foi em 30 de agosto de 1981, quando um imprevisto fez fracassar o plano de dois militares estacionados no pavilhão do Riocentro, no Rio de Janeiro. Naquele dia haviam mais de 20 mil pessoas no pavilhão atraídas por shows comemorativos ao Dia do Trabalho. Por acaso uma das bombas encontradas no carro explodiu no colo do paraquedista militar Guilherme Rosário. Figueiredo, então general presidente, soube do plano com um mês de antecedência e nada fez para impedi-lo. Entende-se que aí se deu o fim político do governo do general Figueiredo (SCHWARCZ; STARLING, 2015).

Não tardou para que partidos de oposição (PMDB e PT sendo os principais) aproveitassem a brecha deixada por Figueiredo para chamarem o povo às ruas. Com a perda de credibilidade por parte da ala militar, a oposição aproveitou para pedir emenda à Constituição restabelecendo o voto popular direto para presidência da República, ficando conhecida como Emenda Dante de Oliveira. A causa tomou relevância ao ser aderida por uma frente suprapartidária (partidos como PMDB, PT, PDT e PTB) e resultou em uma das maiores mobilizações cívicas da história brasileira, culminando no movimento “Diretas Já”. Um somatório de descontroles da economia - vide se tornar comum inflação mensal acima de 10% e um somatório de

¹⁵ Conhecido como a maior expressão da fase mais perversa do regime militar brasileiro e vigente desde 1968 até 1978, o Ato Institucional 5 dava poder aos governantes para punir arbitrariamente os considerados inimigos do regime.

¹⁶ Dado disponível na página 478 da obra Brasil: uma biografia.

inflação de 211% em 1983 - com o saldo negativo para os militares das eleições para governadores de 1982 culminou num movimento que reuniu as maiores figuras políticas de oposição lado a lado pelo Brasil em caravanas pelas Diretas Já.

Gráfico 6 – Preços - IGP-OG - (% a.m.), (1969-1989)



O IGP – Oferta Global é o índice de preços que não atribui um peso menor aos preços de exportação, como faz o IGP – Disponibilidade Interna (DI).

Fonte: elaborado pelo autor a partir de dados do IPEADATA (2021).

Por mais que desmoralizados perante boa parte da população, a força política dos militares não havia se esvaído e não deixaram que se mudasse as regras da sucessão de poder. Embora os votos favoráveis tenham sido em montante superior, a Emenda Dante de Oliveira foi rejeitada durante a madrugada de 26 de abril de 1984 por não alcançar a maioria qualificada de 2/3 do Congresso (SCHWARCZ; STARTLING, 2015).

A Aliança Democrática, como ficou conhecida a reunião de ideias e pessoas segundo Schwarcz e Starling (2015), veio a ser o passo viável de transição indireta para a democracia. Tal aliança foi iniciativa de Tancredo Neves, vislumbrando ainda antes que a Emenda Dante de Oliveira não passaria no Congresso, se articulando junto à ala militar e garantindo três pontos considerados essenciais à oposição no projeto de redemocratização: eleições diretas em todos os níveis, convocação de uma Assembleia Nacional Constituinte e a promulgação de uma nova Constituição.

Quando parecia que – aos trancos e barrancos – parte da redemocratização estava bem-sucedida, Tancredo Neves, então eleito presidente indireto da Nova República pelo colégio eleitoral, é internado para cirurgia de emergência. A partir de então, não se soube o que seria um governo de Tancredo Neves, e passaram todos a procurar saber exatamente quem era o tal de José Sarney, vice-presidente eleito pelo voto indireto e responsável por assumir o primeiro governo civil após 21 anos de regime ditatorial.

4 NOVO CONTRATO SOCIAL E A NOVA REPÚBLICA

Fez-se novamente democrática a República Federativa do Brasil e se fez com um início melancólico. Não se pode saber como seria um governo de Tancredo Neves. Com o falecimento do eleito presidente, Sarney assumiu o posto. José Sarney “surfou” as ondas da ditadura em seu início, em 1964, foi governador do Maranhão desde o início do regime militar e senador pela Arena. Soube se posicionar independentemente da corrente ideológica e sempre no sentido do poder (SCHWARCZ; STARLING, 2015).

Como outros políticos brasileiros, Sarney encarnava um novo tipo de coronel, que, se já não vive no velho sistema da Primeira República, conserva algumas de suas práticas: inadaptação às regras democráticas, convicção de estar acima da lei, incapacidade de distinguir o público do privado, uso do poder para conseguir empregos, contratos, subsídios e outros favores para enriquecimento próprio e da parentela (SCHWARCZ; STARLING, 2015, p. 487).

Após quase 2 anos de debate popular, entre fevereiro de 1987 e outubro de 1988, atualizou-se a Constituição Federal, mesmo em meio a um processo inflacionário, de dificuldades com a política monetária e aceleração da inflação.

O novo texto institucional tinha a missão de encerrar a ditadura, o compromisso de assentar as bases para a afirmação da democracia no país, e uma dupla preocupação: criar instituições democráticas sólidas o bastante para suportar crises políticas e estabelecer garantias para o reconhecimento e o exercício dos direitos e das liberdades dos brasileiros – não por acaso, foi batizada de “Constituição Cidadã”. É a mais extensa Constituição brasileira – tem 250 artigos principais, mais 98 artigos das disposições transitórias – e está em vigor até hoje. (SCHWARCZ; STARLING, 2015, p. 488).

Nada é perfeito e aqui se inclui a Constituição Federal de 1988. Alguns pontos que “passaram batidos” ou sem serem revistos foram: conservar intocada a estrutura agrária, deu aval para a autonomia das Forças Armadas na tomada de decisão do seu próprio interesse; retirou a proposta de jornada de trabalho de 40 horas; analfabetos continuaram sem poder serem eleitos, ainda que tenha aprovado seu direito de voto. Ainda, no que tange o sistema eleitoral, já nasceu velha, procurando regular as minúcias da vida social. Ainda que imperfeita, encontrou consenso e foi assinada por todos os partidos. O processo da Constituinte, porém,

dividiu o país e as pessoas. O PMDB, dividido internamente entre Progressistas e Centro Democrático (Centrão) também cindiu, no momento em que dissidentes da esquerda anunciaram um novo partido: o Partido da Social Democracia Brasileira – PSDB. Nem o mais otimista dos “tucanos” poderia imaginar que após apenas seis anos desde a sua fundação estariam com a cadeira da Presidência da República (SCHWARCZ; STARLING, 2015).

4.1 Comportamento da Economia brasileira Pós-democratização

Durante o período das “Diretas Já”, entre 1983 e 1984, havia um sentimento generalizado de que a redemocratização resolveria todos os problemas econômicos e sociais do país. De cara, observa-se em poucos anos de novo regime civil um *boom* no investimento direto estrangeiro no país, altamente concentrado em serviços públicos/de infraestrutura e no sistema financeiro, dado o ambiente razoavelmente saudável gerado tanto pelo regime democrático e seu arcabouço institucional quanto pela ascensão do Plano Real logo após. Enquanto nos anos 80 o estoque de Investimento Estrangeiro Direto - IED era quase o equivalente ao valor de exportações, no final de 1999 era da ordem de 2,4 vezes, ou pelo menos o dobro do observado cerca de duas décadas antes (PAIVA DE ABREU, 2006).

Por outro lado, ao se utilizar índices de preços registrados através de uma metodologia relativamente homogênea, é possível observar uma redução de 50% no salário-mínimo real entre o pico no final da década de 1950 e o início dos anos 2000 nas duas maiores cidades do país, São Paulo e Rio de Janeiro. Se destaca que essa redução é atenuada com benefícios que surgiram no decorrer do tempo, como o décimo terceiro salário vigente desde 1962 e o adicional de férias, a partir de 1988 com a nova constituição. Se não bastasse, os indicadores de distribuição de renda, disponíveis desde a década de 1960, só retroagiram. O Índice de Gini, utilizado para medir a concentração de renda – onde o valor zero significa situação de igualdade e o valor um significa desigualdade – saiu de 0,497 em 1960 para 0,6366 em 1991, sendo consensual que o período ditatorial contribuiu diretamente para esse quadro (PAIVA DE ABREU, 2006)

O que se viu no período compreendido como “Nova República” (1985-1989) foram anos de tentativas fracassadas para estabilização da inflação, que saiu do controle próximo do início do governo de José Sarney e explodiu principalmente em

1987 e 1989. Foram três principais tentativas de estabilização em 1986, 87 e 89, sendo conhecidos respectivamente como Plano Cruzado, Plano Bresser e Plano Verão (BARROS DE CASTRO, 2011).

No período da Nova República, o crescimento médio do PIB não pode ser considerado ruim. O Produto Interno Bruto cresceu a uma taxa média de 4,3% a.a. mesmo com toda a instabilidade em relação às contas externas, que se deterioraram junto com a perda de valor da moeda, esta bastante significativa diante da instabilidade na política econômica do período. Um olhar mais atento leva à conclusão de que foram as exportações quem contribuíram de forma mais relevante para o PIB, crescendo na faixa de 6% a.a. entre 1985 e 1989, como um resultado da maturação dos investimentos no II PND e também pela própria demanda interna. Em relação às contas externas, foi significativa a melhora na balança comercial, mais do que dobrando seu saldo de 1981-84 para 1985-89 (BARROS DE CASTRO, 2011).

A conjuntura se mostrava a favor do país na transição democrática em relação à situação no início dos anos 1980: a balança comercial era superavitária e a liquidez internacional havia melhorado consideravelmente em relação aos dois momentos de choques nos preços do petróleo e a moratória da dívida mexicana em 1982. Podia se observar uma maturação dos investimentos do II PND sob a ótica da oferta de bens de capital e sua participação dentro do PIB (BARROS DE CASTRO, 2011).

Figura 1 – Síntese de Indicadores Macroeconômicos

Economia Brasileira: Síntese de Indicadores Macroeconômicos — 1985-1989
(médias anuais por período)

	1985-89
Crescimento do PIB (% a.a.)	4,3
Inflação (IGP dez/dez, % a.a.)	471,7
FBCF (% PIB a preços correntes)	22,5
Tx. de cresc. das exportações de bens (US\$ correntes, % a.a.)	4,9
Tx. de cresc. das importações de bens (US\$ correntes, % a.a.)	5,6
Balança comercial (US\$ milhões)	13.453
Saldo em conta corrente (US\$ milhões)	-359
Dívida externa líquida/Exportação de bens	3,8

Fonte: elaborado por Barros de Castro (2011, p. 120).

Em 1986, no segundo ano do governo de José Sarney, houve a adoção do “Choque Heterodoxo” pelo Ministro da Fazenda Dílson Funaro, naquilo que viria a se conhecer como Plano Cruzado, optando por seguir a estratégia argentina há pouco implementada. O plano trazia consigo algumas implicações a fim de controlar a inflação, quais sejam: reforma monetária através de uma nova moeda; congelamento de preços; desindexação da economia; mudanças em índices de preços e caderneta de poupança, além de congelar também os salários (AVERBUG, 2005).

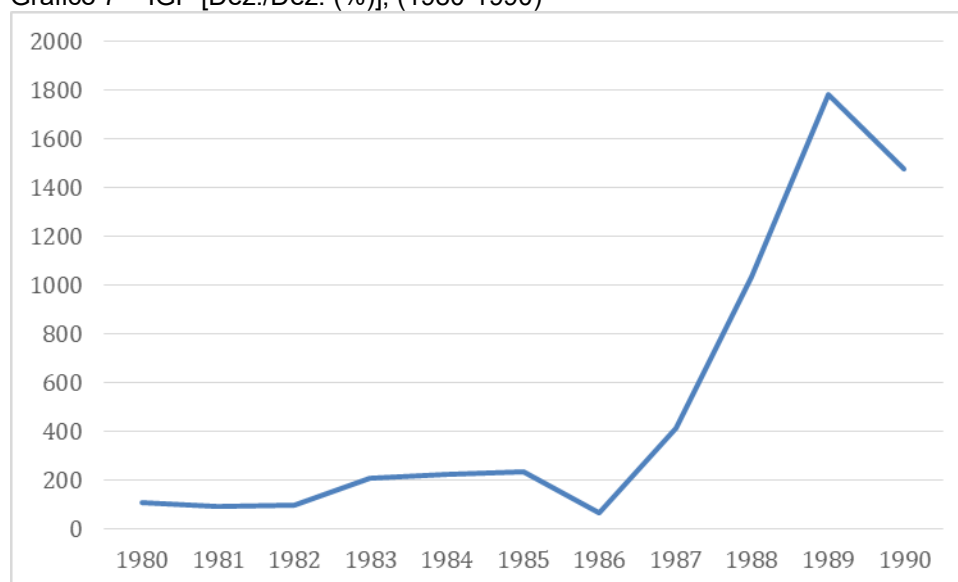
O congelamento de preços se mostrou equivocado tanto por concepção quanto por condução. Mesmo com o sucesso inicial em termos de redução expressiva da inflação, o diagnóstico de que a inflação era puramente inercial se mostrou errado, pois a inflação já dava sinais de aceleração antes da elaboração do plano. O consumo já vinha em crescente e o abono salarial contribuiu para reforçar a explosão observada no consumo. A condução da política monetária foi “frouxa”, ao se observar que a expansão da base monetária foi além da demanda. O congelamento durou além do que deveria e havia sido planejado (11 meses enquanto se planejava 3), de forma que o Cruzado II surgiu tardiamente como uma válvula de escape, tentando aumentar a arrecadação do governo para sustentar o congelamento, porém, já era tarde. Em fevereiro de 1987 foi o fim oficial do Plano Cruzado e do congelamento de preços, acompanhado da piora expressiva das contas externas e a moratória dos juros externos (BARROS DE CASTRO, 2011).

Logo após o fracasso do Plano Cruzado e a demissão de Dílson Funaro, a pasta da Fazenda ficou por conta de Luís Carlos Bresser-Pereira que, em junho de 1987, anunciou novo plano de estabilização, que viria a ser conhecido como Plano Bresser. O plano possuía características ortodoxas e heterodoxas e também teve certo sucesso inicial na redução da inflação, porém, após o fracasso do Plano Cruzado, a população não concedeu crédito ao congelamento de preços. Somado a isso, a reforma tributária proposta pelo ministro Bresser-Pereira sofreu grande resistência, resultando no seu pedido de demissão (BARROS DE CASTRO, 2011).

O Plano Verão foi a última tentativa de estabilização da moeda e veio acompanhado de uma nova unidade monetária nacional, o Cruzado Novo. Como um dos erros diagnosticados no Plano Bresser foi o anúncio de congelamento por tempo determinado, dessa vez foi feito o contrário: congelamento de preços por tempo indeterminado e desindexação total da economia. Ainda, pela terceira vez na

Nova República, foi alterado o período de apuração do índice oficial de inflação. Sendo 1989 um ano eleitoral, o ajuste fiscal proposto, na prática, não ocorreu. Os elevados juros, por sua vez, faziam com que as pessoas antecipassem o consumo com receio de explosão nos preços quando os mesmos fossem descongelados. O cansaço da sociedade relativo a tantas tentativas de estabilização frustradas fez com que começassem a surgir constantes reivindicações de reposições salariais. Como não havia nenhuma âncora para as expectativas com o fim de todos os indexadores, os períodos de reajuste foram sistematicamente reduzidos, fazendo com que a inflação ultrapassasse 80% ao mês entre 1989 e 1990.

Gráfico 7 – IGP [Dez./Dez. (%)], (1980-1990)



Inflação anual observada pelo IGP.

Fonte: elaborado pelo autor a partir de dados da Fundação Getúlio Vargas – FGV (2021).

O fracasso do Plano Verão foi a gota d'água em termos de capacidade do governo de Sarney de elaborar, com alguma credibilidade, políticas de estabilização. As expectativas se dirigiram totalmente para o novo governo que seria eleito em dezembro de 1990. Mais uma vez, no debate diagnosticou-se a necessidade de um profundo ajuste fiscal na economia brasileira, assim como de uma desvalorização do Cruzado (PEREIRA; NAKANO, 1991).

Os efeitos perversos da inflação sobre a distribuição de renda podem ser observados pela constatação de que, a preços de 2008, o primeiro decil da distribuição sofreu uma queda da renda média de 13%, comparando o nível de 1989 com o de 1985, enquanto o último decil teve um incremento de renda de 25%, no mesmo período (BARROS DE CASTRO, 2011, p. 123).

Registram-se então pelo menos três frustrações na era democrática brasileira entre 1985 e 1989. Pode-se somar a frustração com a Emenda Dante de Oliveira o falecimento precoce do recém-eleito Tancredo Neves e também, neste caso, a frustração da sociedade com a equipe responsável por colocar a economia “nos eixos” e manter a inflação sob controle (SCHWARCZ; STARLING, 2015).

4.2 Interpretações a respeito da Democracia e do Crescimento Econômico brasileiro Pós-democratização: as instituições importam?

Ao se observar uma interpretação externa da trajetória brasileira de transição de uma ditadura militar para um regime democrático, pela ótica de Acemoglu e Robinson (2015), o renascimento do movimento trabalhista no Brasil, em 1978, através do que viriam a se tornar as famosas “Greves do ABC” foi uma faceta de uma reação social muito mais ampla a cerca de 15 anos de regime militar. Destes movimentos, nasceu o Partido dos Trabalhadores (PT), aproveitando a abertura política – com relutância – organizada pelos militares. O partido reuniu não apenas trabalhadores sindicalistas, mas também agregou antigos políticos da oposição, lideranças sindicais, estudantes, intelectuais e representantes de mais de uma centena de movimentos sociais que começaram a se organizar nos idos de 1970.

Destaca ainda Acemoglu e Robinson (2015) que “a formação de uma ampla coalização no Brasil, fruto da convergência de diversos movimentos sociais e do sindicalismo, exerceu um profundo impacto na economia do país”. Alguns indicadores de destaque que podem ser observados hoje, como a parcela da população vivendo na pobreza ter caído de 45% para 30% em 2006; o aumento do tempo médio passado nas escolas de 6 para 8 anos entre 1995 e 2006 como um sinal de avanço na educação; e por muito tempo ser o primeiro país latino-americano a alcançar relevância nos círculos diplomáticos internacionais, possibilitam a tese de que a transformação brasileira foi “consequência da construção corajosa de instituições inclusivas” pelos grupos que enfrentaram o regime militar.

O denominador comum de revoluções políticas que lograram abrir espaço para instituições políticas e econômicas inclusivas e graduais transições institucionais é o fato de terem obtido êxito em empoderar amplas frentes na sociedade, de forma a torná-la plural. Ou seja, que o poder político estivesse

distribuído de forma plural na sociedade, ao contrário do que normalmente ocorre em sociedades com instituições extrativistas, onde o poder é concentrado nas mãos de uma elite estrita. Foi o empoderamento das camadas mais pobres da sociedade que assegurou que a transição para a democracia seria um movimento em direção a instituições políticas inclusivas e conseqüentemente governos mais preocupados com a qualidade da prestação de serviços públicos, aumento da qualidade e presença da educação na vida das pessoas e condições de fato mais igualitárias (ACEMOGLU; ROBINSON, 2015).

Segundo Pessôa (2011), com uma visão crítica de análise no que se refere às decisões tomadas no renascimento da democracia, no contrato social vigente desde a promulgação da Constituição Federal em 1988 o crescimento econômico é tratado como variável residual. O autor demonstra, passando pelos governos de Fernando Collor-Itamar Franco, Fernando Henrique Cardoso e Lula que não houve evolução significativa do gasto público que justifique culpar um ou outro ex-presidente. O processo de redemocratização abriu espaço, lembrando a esperança de que tal processo tudo resolveria, para que se desenhasse um estado de bem-estar social grande e abrangente. Cobrir-se-ia saúde, educação, segurança além de todo o sistema de seguridade pública e universal. Ainda, somam-se uma série de programas desenhados para grupos específicos como o seguro-desemprego, auxílio-doença e sistema de pensão por morte. Por fim, a elevada popularidade de governos que inclusive aceleraram a velocidade e crescimento de mais transferências é um sinal claro de, até então, aprovação deste contrato social.

Dessa forma, Pessôa (2011) destaca que o crescimento econômico atual tem sido o possível depois de atendidas uma série de demandas de programas para grupos específicos. Quando o Congresso Federal entende que a população premia aquele que aumenta tal velocidade de transferências, isso passa a ser motivo para aprovações de novos aumentos na mesma velocidade que a economia dá sinais de crescimento.

Uma forte expressão do contrato social vigente é à medida que vincula o benefício real do salário-mínimo ao crescimento do PIB. Tal regra necessariamente fará com que o gasto público cresça à velocidade superior ao crescimento do PIB, o que exigirá aumento de carga tributária. O problema não passa por uma hipótese de que o país gasta menos do que seus pares. Inclusive, em alguns casos gasta até três vezes mais - como a destinação de aproximadamente 11% do PIB para gastos

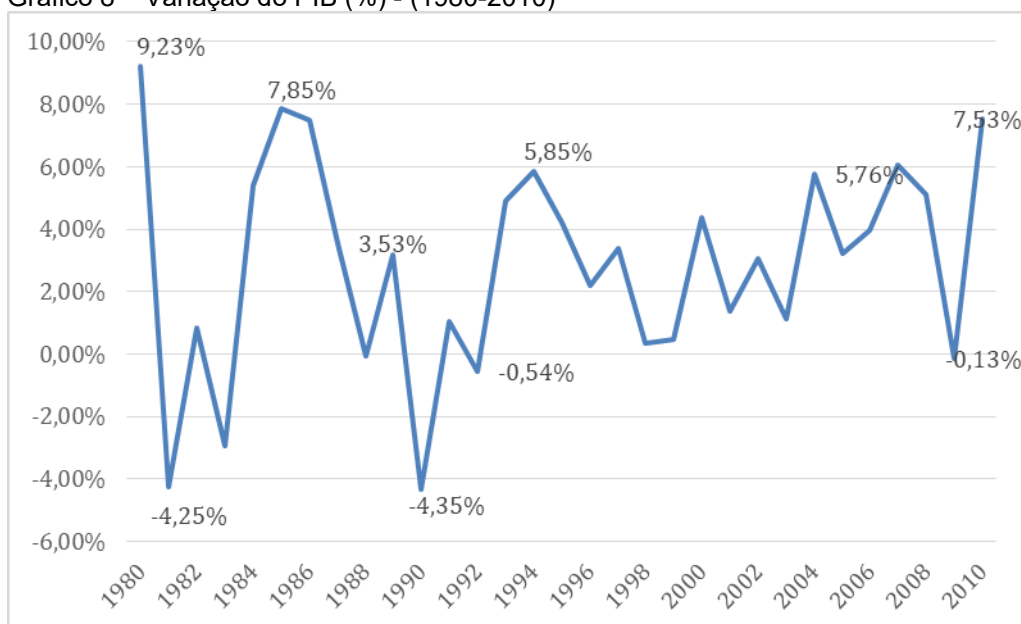
previdenciários com servidores do setor público e pensões por morte. O problema está, sim, na raiz do problema, daquilo que se tentou resolver na construção da Constituição Federal de 1988 (PESSÔA, 2011).

No diagnóstico de Pessôa (2011), a desigualdade de renda aparece como fator preponderante para justificar essa escolha intertemporal da sociedade. É preferível as transferências mais rápidas e maiores no curto prazo, favorecendo de forma mais imediata a redistribuição de renda à constância ou estabilidade no médio e/ou longo prazo. Tal conclusão está presente também na obra de Marcos Mendes (2014), onde o autor procura entender se o novo contrato social definido na Constituição Federal de 1988, somado às características sociais e econômicas do Brasil, tem participação significativa como fatores determinantes desse resultado de baixo crescimento. Mendes (2014) destaca que “Há um nó político que impede o avanço na solução de problemas estruturais da economia brasileira, os quais têm emperrado o crescimento econômico”.

A hipótese principal de Mendes (2014) é que o resultado desse nó político passa por uma soma entre nosso regime democrático, vigente desde o final do regime militar, em 1985, e nossa estrutural desigualdade econômica¹⁷. Conjuntos, esses fatores podem explicar os quase 35 anos (1985 – 2014) de baixo crescimento.

¹⁷ Aqui relembra-se a menção anterior relativa à deterioração do Índice de Gini brasileiro entre a década de 1960 e a década de 1990.

Gráfico 8 – Variação do PIB (%) - (1980-2010)

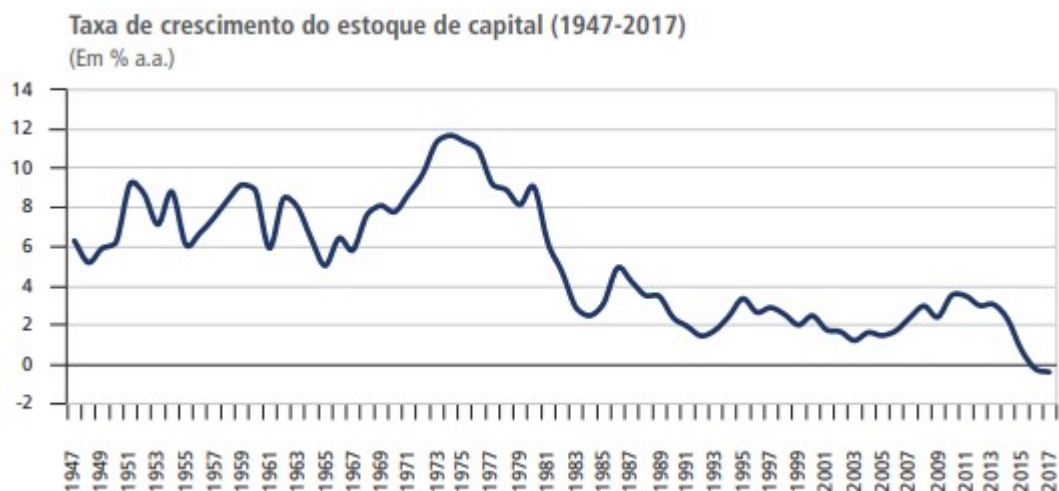


Fonte: elaborado pelo autor a partir de dados da Gazeta do Povo (2021).

O baixo crescimento desde a redemocratização é nítido, sendo a taxa média de crescimento do PIB desde os anos 1980 baixíssima. Entre 1985 e 2010, a taxa de crescimento médio do PIB *per capita* do Brasil é de 1,3% a.a., o que, para um país emergente, é muito pouco, principalmente se compararmos com a China, com uma taxa de 8,5% a.a. e a Índia, com 4,4% (MENDES, 2014).

O regime militar foi marcado como um período de grande intervenção estatal na economia, centralizando as decisões de investimento e desenvolvimento nas mãos do governo. Induziu-se e aprofundou-se a industrialização - ou continuação desta - via substituição de importações, aprimorando a estrutura e produção de bens de capital no país.

Figura 2 – Taxa de crescimento do estoque de capital (1947-2017).



Fonte: elaborado por Souza Júnior e Cornélio (2020).

No gráfico acima, Souza Júnior e Cornélio (2020) captam a tendência de mais de 50 anos da variação percentual ao ano da taxa de crescimento do estoque de capital. Observa-se que o período entre 1950 e 1975 foi o auge do crescimento do estoque de capital brasileiro, possivelmente como resultado da política de crescimento via substituição de importações. Após o esgotamento do modelo, o que se observa é uma tendência de queda significativa, chegando ao ponto de em 2016/2017 o Brasil fechar o ano com estoque de capital crescendo a taxas negativas.

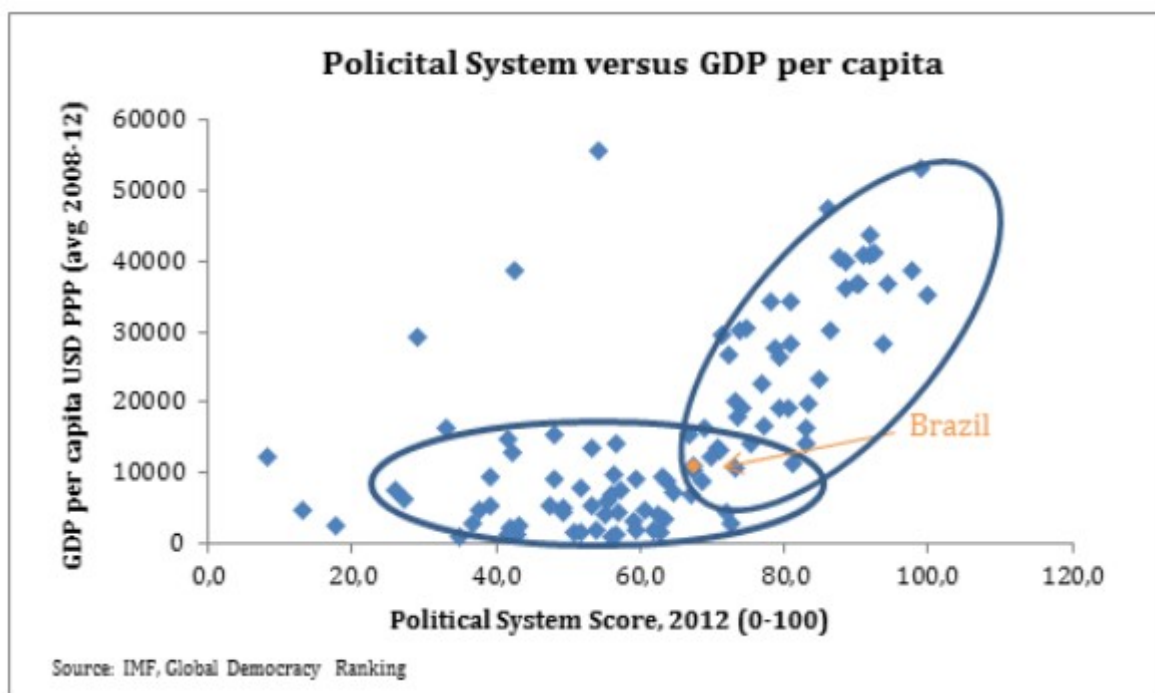
Mendes (2014) destaca que o foco era tanto em desenvolvimento da indústria e da infraestrutura (vide, por exemplo, os grandes planos de desenvolvimento) que se negligenciou os investimentos em educação básica e se investiu mais em ensino superior. Como o investimento em indústria e infraestrutura tende a gerar um resultado mais imediato, de 1968 a 1980 o Brasil experimentou elevadas taxas de crescimento econômico, sendo esse um dos balizadores do argumento - verídico - de que durante o regime militar o país crescia mais.

Ainda assim, o país saiu do regime militar estruturalmente desigual social e economicamente. Tendo um regime democrático e a maioria dos eleitores pobres, induz-se os políticos a atender demandas sociais em troca de votos. O argumento fundamental de Mendes é de que essa estrutura desigual gera um incentivo a um *rent-seeking* por parte da classe política, numa “guerra” de benefícios privados em favorecimento de grupos e classes organizadas (são exemplos aqui benefícios previdenciários e aumento da remuneração de servidores públicos). O conjunto da

obra, para Mendes, gera um “modelo de baixo crescimento com redistribuição dissipativa”, oriundo da tese de Alston *et al.* (2012), pelo qual se entende que até há certa “distribuição de renda para os mais pobres, porém muitos recursos econômicos se dissipam”, como resultado dessa “guerra” por recursos públicos pelos grupos privados.

Retomando a perspectiva de crescimento econômico e o peso das instituições nessa trajetória, observa-se que é a permanência – ou a falta de – das instituições um potencial fator determinante. E dentro da permanência das instituições, a definição e a garantia dos direitos de propriedade também se fazem fundamentais para o crescimento econômico. Na sua ausência, geram um crescimento deficiente. Na teoria de North, o estado ideal das condições gera incentivos que canalizam a atividade individual em atividades – formais e informais, como respectivamente trabalho, investimentos e produção, ou valores e costumes – que beneficiam a todos e geram cooperação social (FIANI, 2002).

Figura 3 – Sistema Político *versus* Renda *per capita*.

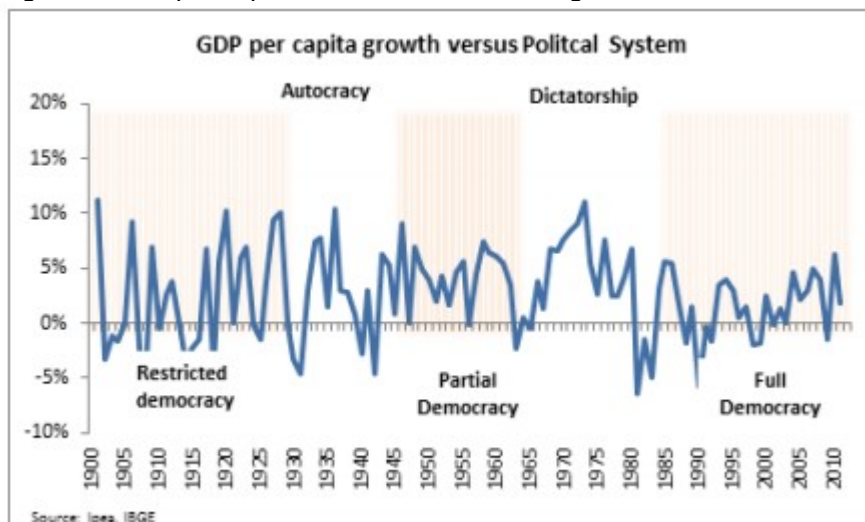


Fonte: elaborado por Lisboa e Latif (2013). Sistema político *versus* Renda *per capita*, com dados do FMI e do Ranking Global de Democracia.

A figura acima ilustra o diferencial de renda *per capita* entre países conforme o grau de democracia. A figura leva a crer que está enganado quem pensa que a democracia é apenas um fator adicional para o crescimento econômico e não um

fator fundamental. Se observa que os países com maior renda *per capita* são aqueles com maior score no ranking, ou seja, são mais democráticos, com direitos de propriedade e regras mais bem definidas, possuem uma classe média, ausência de desigualdade extrema, coexistência de oposição de ideias e liberdade de expressão, além de um conjunto de crenças ou valores que aceitam e valorizam o estado de direito e os direitos humanos. Quanto mais longe o país se encontra da fronteira tecnológica, menos previsível tende a ser seu regime político e suas instituições. Neste caso, o Brasil parece se encontrar no ponto de fazer uma escolha, se crescerá ou ficará preso à “armadilha da renda média” (LISBOA; LATIF, 2013).

Evidências empíricas, por outro lado, levam a crer que há correlação entre democracia e crescimento econômico, porém, não há causalidade. Fatores omitidos dos modelos empíricos – como fatores históricos e particulares dos países – parecem ser os responsáveis por terem moldado o desenvolvimento político e econômico das nações. Quando são fixados os efeitos particulares de cada país, não sobram evidências de um efeito causal da renda sobre a democracia nos últimos 100 anos. Tais resultados levam a dúvidas relevantes tanto na literatura acadêmica de economia política quanto no consenso popular. Ainda assim, se destaca que os resultados não querem dizer que a democracia não tem efeito sobre o crescimento econômico, principalmente se considerar períodos menores de inferência (ACEMOGLU *et al.*, 2008).

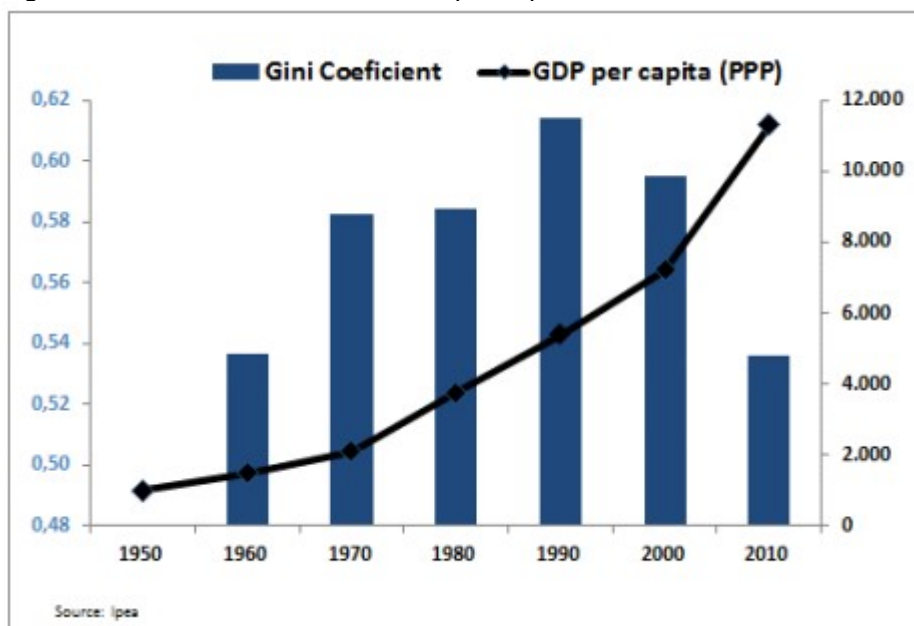
Figura 4 – PIB *per capita* conforme diferentes regimes civis

Fonte: elaborado por Lisboa e Latif (2013). Crescimento da Renda *per capita* versus Sistema político, com dados do IPEA e do IBGE.

A experiência brasileira sugere que localmente também não há causalidade e até mesmo correlação entre democracia e crescimento econômico, afinal, o país alternou por um século entre democracia e regimes autoritários ao mesmo tempo em que vivenciou períodos de crescimento robusto e períodos de crescimento deficiente. A redemocratização, entretanto, foi o último grande evento de sistema político vivenciado pelo país, onde a partir de então mais de 10 mil sindicatos foram criados e vozes por demandas sociais passaram a ter um papel importante na agenda econômica. Passou a haver pressão pública por estabilização de preços, crescimento econômico e mais igualdade (LISBOA; LATIF, 2013).

A demanda popular por estabilidade macroeconômica vem desde o fim da ditadura, passou pelos planos de estabilização da inflação e se seguiu até a eleição de Fernando Henrique Cardoso em 1994, após o sucesso da implementação do Plano Real. Controlar a volatilidade da macroeconomia foi condição necessária para angariar crescimento econômico e melhorar a distribuição de renda. Foi neste período que iniciaram os programas de transferência de renda, com destaque para o sucesso do programa “Bolsa-Escola” que em 2003, ao ser unificado com outros programas, veio a se tornar o programa “Bolsa-Família”. O início dos anos 2000 e o modelo mais ortodoxo de governar a economia geram evidências de que tais reformas microeconômicas aumentaram a eficiência do mercado no Brasil e possibilitaram uma rápida expansão do crédito para indivíduos e empresas, aumentando a formalização da economia (LISBOA; LATIF, 2013).

Figura 5 – Coeficiente de Gini e o PIB *per capita*.



Fonte: elaborado por Lisboa e Latif (2013). O coeficiente de Gini por decil acompanhado do crescimento da renda *per capita*, a partir de dados do IPEA.

Pós-redemocratização o país atingiu 50% da população como eleitores, fator que sem dúvidas enuncia que o país está, sim, mais democrático, segundo Lisboa e Latif (2013). O impacto de reformas ao final do século XX foi maior do que se podia imaginar. Nos 5 primeiros anos do século XXI, entre 2001 e 2005 mais especificamente, o grau de desigualdade de renda caiu para o mais baixo desde 1970 mesmo sendo um período de renda *per capita* estagnada. O coeficiente de Gini declinou 5% e, além disso, metade da queda da desigualdade foi resultado de rendimentos não derivados do trabalho, mesmo que tais rendimentos representavam menos de $\frac{1}{4}$ da renda total (BARROS; CARVALHO; FRANCO, 2007).

Um bom exemplo de avanço institucional passa pela análise de reformas propostas nos últimos 70 anos. Observa-se que uma série de reformas sugeridas nos anos 1960 se parecem muito com tais reformas do início dos anos 2000, orientadas para o mercado e pró-crescimento econômico, porém, que lá atrás pouco duraram. A democracia exige que as negociações evoluam de forma mais lenta, porém com definições mais sólidas e resilientes, sendo um desenvolvimento político natural e não uma resposta a uma crise. Um exemplo de reforma bem-sucedida foi a consolidação do regime fiscal através da Lei de Responsabilidade Fiscal. Até então estabilidade fiscal sempre havia sido algo temporário no Brasil, porém, com a

demanda social por inflação baixa nos anos 1990, só seria possível alcançá-la com disciplina e organização nos gastos públicos. Outro exemplo de êxito democrático-institucional é a autonomia do Banco Central na condução da política monetária, um elemento essencial para o regime de metas de inflação estabelecido e em uso desde 1999 (LISBOA; LATIF, 2013).

Fazendo um paralelo com o conceito de organizações de North e a analogia do próprio segundo o qual organizações são equipes que buscam vencer o jogo, pode-se atribuir grande peso a tais “equipes” pelo *rent-seeking* sobre o Estado brasileiro. A forma como agem tais organizações tem um impacto direto nas regras do jogo, quando na verdade as regras do jogo (instituições) deveriam ditar a forma como as equipes (organizações) o jogam. Essas organizações podem ser divididas em quatro tipos no Brasil: 1) um sistema muito complexo de impostos e transferências; 2) mecanismos de recolhimento de impostos obrigatórios separados do orçamento do governo federal; 3) subsídios cruzados, via controle de preços e alocações forçadas de fundos; 4) barreiras comerciais e não comerciais limitantes da concorrência às custas dos consumidores. Tais grupos ou organizações, via regime democrático, representam um entrave ao crescimento econômico sustentado e consistente (LISBOA; LATIF, 2013).

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com base no escopo teórico do trabalho, pode-se fazer algumas relações entre estruturas institucionais ideais e reais olhando para o caso brasileiro. Com base no conceito de que instituições são as regras do jogo, pode-se relacionar a estrutura (composta por instituições políticas e econômicas) com o desempenho (aumento – ou declínio – da produção e como se dá a distribuição na sociedade) da trajetória brasileira (*path dependence*) durante e após a transição para a Nova República, sendo essa relação, segundo North, a fronteira da história econômica.

North desenvolveu seus trabalhos cada vez mais convicto, segundo Fiani (2002), de que liberdades favorecem o crescimento econômico. O ponto principal se daria na relação entre as instituições e as organizações, sendo as organizações as “equipes que buscam vencer o jogo”. No caso brasileiro, de 1964 até 1985 uma organização específica literalmente ditou os costumes e valores “bem vistos”, as atividades econômicas que seriam fomentadas e quem seriam os representantes da sociedade nas mais diversas áreas, com baixa flexibilidade – ou nenhuma em alguns momentos – para a voz da sociedade.

Pela análise de custos de North, com foco principal nos custos que compõem os custos de produção, uma mudança institucional na trajetória da sociedade que beneficie as liberdades civis tende a fazer mais plurais as instituições. Em uma sociedade inclusiva e voltada para o crescimento os custos de transação devem cair com o passar do tempo, com um maior e mais fácil acesso à informação para mensuração. Ainda, os custos de *enforcement* também devem ser menores, como resultado de avanços nas instituições e no respeito aos contratos formais e informais. Os custos de transformação também devem cair quanto mais aberto às tecnologias for a sociedade. Pode-se concluir, então, que a transição para a democracia tende a diminuir os custos de produção, sob a condição de que as instituições garantam os direitos de propriedade.

Pela ótica de Acemoglu e Robinson, mantêm-se a relação entre democracia e crescimento econômico, através de dois conceitos fundamentais apresentados sobre instituições: inclusivas e extrativistas. Neste caso, pode-se fazer um paralelo, no qual instituições inclusivas seriam aquelas que compõem uma matriz institucional voltada para o crescimento econômico, possibilitando um alto grau de liberdade e

gerando incentivos para que os indivíduos possam escolher suas atividades, possuindo direitos de propriedade bem estabelecidos, um sistema jurídico efetivo e imparcial, além de serviços públicos que possibilitem condições igualitárias. Ainda, erros ou mudanças nessa matriz institucional não mudam sua trajetória de longo prazo, mas sim a ciência por parte dos indivíduos de que decisões tomadas no curto prazo que construirão os resultados futuros da sociedade.

Após anos de instituições extrativistas, com forte regulação sobre as liberdades da sociedade e direcionamento autônomo de poder e recursos, o renascimento do movimento trabalhista, com apoio dos mais diversos segmentos da sociedade, como sindicatos, grupos empresariais e a própria igreja, marcado principalmente a partir de 1978, é destacado como um período de transição para instituições inclusivas. A revogação do AI-5, o fim do bipartidarismo, a abertura inicial para eleições indiretas e posteriormente diretas, além de uma nova Constituição, simbolizaram essa transição de estrutura institucional, impactando diretamente no desempenho visto a partir de então, assim como na forma de atuação das organizações. Na visão de Acemoglu e Robinson, com complemento de pontos levantados por Lisboa e Latif, indicadores como redução da população na linha da pobreza, aumento do tempo médio das crianças na escola, aumento de participação diplomática do Brasil nos círculos globais, aumento da população eleitora, além de um foco maior na qualidade dos serviços públicos prestados, sinalizam uma mudança positiva na estrutura institucional brasileira.

Ao mesmo tempo, alguns autores trazem uma visão mais crítica sobre a estrutura desenhada na transição para a democracia, com impacto em resultados que se podem observar até os dias atuais. Pessôa, Mendes, Lisboa e Latif são autores que de formas diferentes destacam pontos comuns. Com uma visão de que a Constituição de 1988, trazendo consigo o anseio de liberdade e direitos civis, ficou sobrecarregada – no sentido de atendimento a auxílios, pensões e benefícios a grupos específicos da sociedade –, o crescimento econômico baixo que se observa desde a redemocratização é o possível, após atendidas as demandas desses grupos. Ainda assim, por considerável período de tempo representações da sociedade que fomentam um foco maior em tais formas de transferências de renda e benefícios foram a preferência da maior parte da sociedade, representando então uma aprovação desse contrato social.

A conclusão de Pessôa e Mendes é praticamente a mesma: pela elevada desigualdade de renda, a sociedade direciona sua preferência aos benefícios de curto prazo, abrindo mão do crescimento de longo prazo. Aqui, um paralelo importante com a observação de North e o perfil de uma matriz institucional, na qual os indivíduos fazem escolhas de curto prazo que determinam a trajetória de longo prazo. A ideia de “crescimento econômico com distribuição dissipativa”, apresentada por Mendes, reforça que a busca por benefícios de curto prazo num regime de maiores liberdades civis faz com que os *policymakers* atuem em causa dos grupos que os elegeram, havendo aí uma distribuição de benefícios aos mais fortes e uma perda significativa de recursos por conta da ausência de uma visão de longo prazo.

Em termos de a democracia propriamente dita ser um fator fundamental para o crescimento econômico, os resultados obtidos na literatura até então são inconclusivos. Observa-se que há, sim, correlação de maiores liberdades e crescimento econômico, porém, não há necessariamente uma causalidade em longos períodos. Uma observação de modelos empíricos apresentados por Lisboa e Latif é de que fatores particulares como decisões ou eventos históricos explicam mais a trajetória econômica de um país do que os graus de liberdade civil.

REFERÊNCIAS

ACEMOGLU, D. *et al.* Income and Democracy. **American Economic Review**, v. 98, n. 3, p. 808-842, 2008. Disponível em: <https://economics.mit.edu/files/5677>. Acesso em: 4 abr. 2021.

ACEMOGLU, D.; ROBINSON, J. A. **Por que as nações fracassam: as origens do poder, da prosperidade e da pobreza**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012.

ALSTON, L. J. *et al.* Changing social contracts: beliefs and dissipative inclusion in Brazil. **NBER Working Paper**, 18588, 2012. Disponível em: <http://www.nber.org/papers/w18588>. Acesso em: 3 maio 2020.

AVERBUG, M. Plano Cruzado: crônica de uma experiência. **Revista do BNDES**. Rio de Janeiro, v.12, n. 24, p. 211-240, 2005.

BRESSEDIA, K.; RIGOLINI, J.; SAAVEDRA, J. **Latin America and the social contract: patterns of social spending and taxation**. Policy Research Working Paper no. WPS 4604, 2008. Washington, DC: World Bank. Disponível em: <http://documents.worldbank.org/curated/en/120301468046773461/Latin-America-and-the-social-contract-patterns-of-social-spending-and-taxation>. Acesso em: 3 maio 2020.

D'ARAUJO, M. C. **O AI-5**. Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC), FGV. Disponível em: <https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/FatosImagens/AI5>. Acesso em: 21 fev. 2021.

DE AGUILAR FILHO, H. A. **O Institucionalismo de Douglass North e as interpretações weberianas do atraso brasileiro**. Tese (Doutorado em Economia). Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2009. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/18303>. Acesso em: 15 jun. 2020.

DE CASTRO, L. B. Esperança, frustração e aprendizado: a história da Nova República. GIAMBIAGI, FABIO *et al.* **Economia Brasileira Contemporânea: 1945-2004**. 2. ed. Rio de Janeiro: Campus, 2004, p. 97-130.

ECEN – ECONOMIA & ENERGIA. **Alguns Índices da Inflação Brasileira**. Souza, Marcos. Eidelman, Frida. Texto n. 41, 2003. Disponível em: https://ecen.com/eee41/eee41p/indices_de_inflacao_para_internet.htm.

FAPESP – FUNDAÇÃO DE AMPARO À PESQUISA DO ESTADO DE SÃO PAULO. **Memória Roda Viva – 21/9/1987**. Disponível em: <http://www.rodaviva.fapesp.br/imprimir.php?id=263>. Acesso em: 21 fev. 2021.

FIANI, R. Crescimento econômico e liberdades: a economia política de Douglass North. **Economia e Sociedade**, Campinas, v. 11, n. 1 (18), p. 45-62, jan./jun. 2002.

FITTIPALDI, Í. *et al.* Crescimento econômico, democracia e instituições: quais as evidências dessas relações causais na América Latina? **Revista de Sociologia e Política**, v. 25, n. 62, p. 115-129, junho de 2017.

FRIEDMANN, R. **O que é guerra fiscal?** Brasil, Economia e Governo. 2011. Disponível em: <http://www.brasil-economia-governo.org.br/2011/07/28/o-que-e-guerra-fiscal/>. Acesso em: 3 maio 2020.

GALA, P. A Teoria institucional de Douglass North. **Revista de Economia Política**, São Paulo, v. 23, n. 90, abr./jun. 2003.

GASPARI, E. **A Ditadura Acabada**. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2016.

GAZETA DO POVO. **PIB do Brasil**: histórico e evolução em gráficos. Disponível em: <https://infograficos.gazetadopovo.com.br/economia/pib-do-brasil/>. Acesso em: 14 mar. 2021.

GIAMBIAGI, F. *et al.* **Economia Brasileira Contemporânea** [recurso eletrônico]: 1945-2010. Rio de Janeiro: Elsevier, 2011.

HERRMANN, J. Auge e Declínio do Modelo de Crescimento com Endividamento: o II PND e a Crise da Dívida Externa. GIAMBIAGI, F. *et al.* **Economia Brasileira Contemporânea**: 1945-2004. 2. ed. Rio de Janeiro: Campus, 2004, p. 73-96.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Estatísticas do Séc. XX**. Disponível em: <https://seculoxx.ibge.gov.br/>. Acesso em: 13 mar. 2021.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Centro de Documentação e Disseminação de Informações. **Estatísticas do Séc. XX**. Rio de Janeiro, 2006. Disponível em: <https://seculoxx.ibge.gov.br/images/seculoxx/seculoxx.pdf>. Acesso em: 13 mar. 2021.

IPEA – INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. Determinantes Imediatos da Queda da Desigualdade de Renda Brasileira. PAES DE BARROS, R. *et al.* **Texto para discussão 1253**. Rio de Janeiro, janeiro de 2007. Disponível em: https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/TDs/td_1253.pdf. Acesso em: 4 abr. 2021.

IPEA – INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. Estoque de Capital Fixo no Brasil. SOUZA JUNIOR, J. R.; CORNELIO, F. M. **Texto para Discussão 2580**. Rio de Janeiro, agosto de 2020. Disponível em: https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/TDs/200908_td_2580.pdf. Acesso em: 14 mar. 2021.

LISBOA, M. B.; LATIF, Z. A. **Democracy and growth in Brazil**. INSPER Working Paper. WPE 311/2013. Disponível em: https://www.insper.edu.br/wp-content/uploads/2013/07/Democracy_and_Growth_in_Brazil.pdf. Acesso em: 3 maio 2020.

LOPES, T. H. C. R. **Democracia, confiança e crescimento econômico**. Tese (Doutorado em Economia). Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, Minas Gerais, 2015.

MENDES, M. J. **Por que o Brasil cresce pouco?** Desigualdade, democracia e baixo crescimento no país do futuro. Rio de Janeiro: Elsevier, 2014.

NOGUEIRA, J. R., SIQUEIRA, R. B., LUNA, C. F. **Taxation, inequality and the illusion of the social contract in Brazil**. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/rpe/article/view/23041/17604>. Acesso em: 3 maio 2020.

NORTH, D. C. Institutions. **The Journal of Economic Perspectives**, v. 5, n. 1. (Winter, 1991), pp. 97-112. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/1695541/mod_resource/content/1/North%20%281991%29.pdf. Acesso em: 15 mar. 2021.

NORTH, D. C. **Institutions, Institutional Change and Economic Performance**. Cambridge University Press, 1990.

PEREIRA, L. C.; BRESSER, N. Y. Hiperinflação e estabilização no Brasil: o primeiro Plano Collor. **Revista de Economia Política**, v. 11, n. 4, 1991.

PESSÔA, S. A. O contrato social da redemocratização. *In*: Bacha, E. L.; Schwartzman, S. **Brasil: a nova agenda social**, 2011. Disponível em: <http://www.schwartzman.org.br/simon/agenda7.pdf>. Acesso em: 3 maio 2020.

SABBADINI, R. **Democracia, desigualdade de renda e crescimento econômico**. Encontro Nacional de Economia. Anpec. 2010. Disponível em: <http://www.anpec.org.br/encontro2010/inscricao/arquivos/162-08db80d8e57e5b724dfc2a47c2fb1d57.pdf>. Acesso em: 8 maio 2020.

SOUZA JÚNIOR, J. R. de C.; CORNELIO, F. M. Estoque de capital fixo no Brasil: séries desagregadas anuais, trimestrais e mensais. **IPEA, texto para discussão n. 2580**. Rio de Janeiro, agosto 2020. Disponível em: https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/TDs/200908_td_2580.pdf. Acesso em: 24 mar. 2021.

SCHWARCZ, L. M.; STARLING, H. M. **Brasil: uma biografia**. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

VOTORANTIM GRUPO. **A íntegra do 'Documento dos Oito'**. Disponível em: <https://www.votorantim100.com/noticia/a-integra-do-documento-dos-oito>. Acesso em: 21 fev. 2021.